

**UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA**

ALEXANDRE HENRIQUE ELIAS DOS SANTOS

**COMUNICAÇÃO INTERPESSOAL ATRAVÉS DA LINGUA
BRASILEIRA DE SINAIS: A RELAÇÃO ENTRE A COMUNIDADE
SURDA E A FAMÍLIA**

SOROCABA/SP

2012

ALEXANDRE HENRIQUE ELIAS DOS SANTOS

**COMUNICAÇÃO INTERPESSOAL ATRAVÉS DA LINGUA
BRASILEIRA DE SINAIS: A RELAÇÃO ENTRE A COMUNIDADE
SURDA E A FAMÍLIA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do programa de Pós- Graduação em Comunicação Cultura da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Prof. Dr. Paulo Celso da Silva.

SOROCABA/SP

2012

ALEXANDRE HENRIQUE ELIAS DOS SANTOS

**COMUNICAÇÃO INTERPESSOAL ATRAVÉS DA LINGUA
BRASILEIRA DE SINAIS: A RELAÇÃO ENTRE A COMUNIDADE
SURDA E A FAMÍLIA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA:

Ass: _____

Pres. Doutor Paulo Celso da Silva (UNISO)

Ass: _____

1º Exam.: Doutora Tarcyanie Cajueiro dos Santos (UNISO)

Ass: _____

2º Exam.: Doutora Eliete Jussara Nogueira (UNISO)

Dedico este trabalho a Deus, aos meus pais, a minha esposa Sílvia e aos meus filhos Renan, Matheus e Gustavo e a todos os meus mestres, professores e alunos.

AGRADECIMENTOS

Ao longo de minha trajetória muitas pessoas enriqueceram o meu caminho com suas contribuições, perspectivas e novos conhecimentos. Algumas são companheiras de longa jornada, outras novas companheiras sempre bem vindas, a todas elas os meus agradecimentos.

Agradeço a todo corpo docente do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba, com os quais divido a superação de dificuldades e os méritos obtidos.

Em especial agradeço ao professor doutor Osvando José de Moraes por acreditar em minha capacidade de conduzir o presente trabalho, por conduzir com sabedoria e paciência minha trajetória de pesquisa, por ser acima de mestre um companheiro sempre disposto a partilhar conhecimento.

Agradeço aos pais e alunos que confiaram e confiam em mim como mediador entre estes e a Língua Brasileira de Sinais, forma comunicativa primordial para surdos severos e profundos.

Agradeço finalmente aos meus familiares, esposa e filhos pela paciência, amor e incentivo que me fizeram e fazem seguir sempre adiante.

Louvadas e livres sejam as mãos
Benditas e santas sejam as mãos
Mãos que têm alma nos dedos
Mãos que desvendam segredos
Mãos carregadas de afeto
Mãos que estão sempre por perto
Mãos que aprenderam a falar por sinais.

(Ivan Lins e Vitor Martins)

RESUMO

Foi através do ato comunicativo que o homem produziu e produz conhecimento, assim sendo todo indivíduo enquanto ser social deve estabelecer formas de comunicação concernentes às suas necessidades, de modo que o ato de comunicar é inerente à condição humana. Quanto à comunicação de sujeitos surdos propriamente ditos existem vários pontos de vista conflitantes que podemos explicitar em algumas correntes: a sociedade de modo geral desconhece a Língua de Sinais, entre especialistas por outro lado o debate é secular, dividido entre aqueles que defendem o oralismo e aqueles que defendem a sinalização. É neste cenário que elaboramos a questão que norteou nosso trabalho: quem são os principais responsáveis quanto a aquisição da LIBRAS pelos utentes surdos profundos e severos. Utilizando principalmente a pesquisa bibliográfica bem como as observações colhidas pelo autor na experiência cotidiana como professor e intérprete de LIBRAS, ao longo deste trabalho, apresentamos algumas das principais teorias comunicativas utilizando autores como Martino que conceitua a comunicação, Defleur e Ball-Hokeach que traçam historicamente a evolução do processo comunicativo e Macluhan que define os meios e tipos de comunicação, entre outros situando historicamente, a fala, a escrita, as línguas de sinais Americana e Brasileira (ASL e LIBRAS), demonstramos a possibilidade comunicativa dos sujeitos surdos severos e profundos através da utilização da Língua Brasileira de Sinais–LIBRAS- como língua natural destes, capaz de expressar e comunicar ideias, impressões, sentimentos, acontecimentos. Partindo desta concepção visamos ainda demonstrar que, para tais sujeitos surdos, oriundos de famílias ouvintes (cujas ocorrência é de 90% dos casos), é imprescindível não somente o diagnóstico da surdez, bem como, a utilização da LIBRAS como modelo comunicativo para todos desse núcleo social. Apontamos através de vários teóricos, como Quadros, Karnopp e Gesser entre outros que o surdo, assim como o ouvinte, estabelece modelos comunicativos que, embora diferentes da língua oral auditiva sejam concernentes com os conhecimentos por ele construídos ao longo de sua vida. De forma que pudemos concluir que a LIBRAS assim como a Língua Portuguesa são modalidades comunicativas do utente brasileiro, cujas diferenças se

baseiam nas características dos falantes, diferenças estas não somente quanto ao canal comunicativo (gestual-perceptivo ou oral auditivo), bem como quanto ao aspecto linguísticos, e ainda que a família como instituição social primária para todos os indivíduos é o principal esteio para que o surdo severo ou profundo possa desenvolver plenamente suas capacidades comunicativas desde a mais tenra infância. Ressaltamos ainda que para a família ouvinte com filhos surdos é imprescindível o apoio especializado tanto em relação á compreensão desta modalidade comunicativa, LIBRAS, quanto em relação à própria surdez, bem como a compreensão da evolução histórica do sujeito surdo na sociedade, ou seja, o papel do surdo como sujeito de direito. Ao fio finalizar este trabalho conclui ainda que embora um longo caminho tenha sido trilhado pelos sujeitos surdos, cabe a sociedade de modo geral tomar conhecimento das especificidades dos cidadãos não ouvintes garantindo espaço para eles e apoio para que suas famílias possam desenvolver formas comunicativas adequadas as necessidades.

Palavras- chave: Comunicação. Família. LIBRAS. Inclusão.

SUMMARY

It was through the communicative act that man has produced and produces knowledge, therefore every individual as a social being should establish forms of communication concerning their needs, so that the act of communicating is inherent to the human condition. Regarding the communication of deaf people themselves, there are many conflicting views on what we can explain some trends: society generally unaware of the Sign Language, among experts on the other hand the secular debate is divided between those who support oralism those who defend signaling. It is in this scenario that led us to question that guided our work: who are the primary caregivers regarding the acquisition of LBS by users deaf deep and severe. Using mainly the literature and the observations collected by the author in everyday experience as a teacher and interpreter of Libras, throughout this work, we present some of the main theories using communicative authors like Martino who conceptualizes communication, and Ball-Defleur Hokeach that trace historically the evolution of the communicative process and that McLuhan defines media types and communication, among others situating historically, speech, writing, sign languages American and Brazilian (ASL and Libras), we demonstrate the possibility of communicative severe and profound deaf subjects through the use of Brazilian Sign Language-as-POUNDS of natural language, able to express and communicate ideas, impressions, feelings, events. Based on this idea we aim to show that even for such deaf people, from families listeners (whose occurrence is 90% of cases), it is imperative not only the diagnosis of deafness, as well as the use of LBS as communicative model for all such social nucleus. We pointed out by several theorists such as Tables, Karnopp and Gesser among others that the deaf, as well as the listener, communicative model establishes that, although different language oral hearing are concerned with the knowledge that he built throughout his life. So that we can conclude that the LBS and the Portuguese are communicative modalities wearer's Brazilian, whose differences are based on the characteristics of the speakers, these differences not only about the communicative channel (oral or gestural perceptual-auditory), as well as the linguistic aspect, and even the family as the primary social institution for all individuals is the mainstay for the deaf severe or profound can fully develop their communication skills from early childhood. We also

emphasize that for the listener with deaf children family support is essential both specialized in their understanding of communicative modality, POUNDS, and in relation to deafness itself, as well as understanding the historical evolution of the deaf in society, ie the role of the deaf as a subject of law. By wire finish this work further concludes that although a long way has been trodden by deaf people, it is up to society in general aware of the specifics of citizens listeners not guarantee space for them and support for their families to develop appropriate forms of communication needs.

Keywords: Communication. Family. POUNDS. Inclusion.

.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sinais que se opõem quanto à configuração de mão.....	59
Figura 2 – Sinais que se opõem quanto ao movimento	59
Figura 3 – Sinais que se opõem quanto à locação.....	59
Figura 4 – Alfabeto manual	60
Figura 5 – Configuração de mãos	61
Figura 6 – Exemplo de sinais com mesma configuração	61
Figura 7 – Exemplo de sinais com movimento	62
Figura 8 – Exemplo de sinais sem movimento	62
Figura 9 – Ponto de Articulação - Locação	64
Figura 10 – Principais áreas (espaços) de articulação.....	64
Figura 11 – Orientação da mão (exemplo)	66
Figura 12 – Orientação da mão (exemplo)	67
Figura 13 – Expressões não manuais	67
Figura 14 – Aspectos Lexicais.....	70

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2. COMUNICAÇÃO: BREVE HISTÓRICO	19
2.1 Comunicação e escrita- história contexto	23
2.2 A interferência do meio no processo de comunicação	28
2.3 A palavra falada.....	32
2.4 Da fala para a escrita? – avanço significativo	33
3. LÍNGUA DE SINAIS: A IMAGEM DO PENSAMENTO.....	40
3.1. Contexto histórico e surdez	40
3.2. Graus e classificações das perdas auditivas	45
3.3. Principais filosofias educacionais e comportamentais relativas aos surdos	47
3.4. De linguagem a língua natural	50
3.5. Principais características da Libras	57
3.5.1. Aspectos fonológicos.....	57
3.5.2. Aspectos morfológicos	69
3.5.3. Aspectos lexicais	70
3.5.4. Aspectos sintáticos.....	71
4. FAMÍLIA: A HUMANIDADE (COM)VIVE EM GRUPOS.....	74
4.1. Um breve histórico.....	74
4.2. A responsabilidade da família na educação das crianças.....	75
4.3. Da ansiedade da confirmação do diagnóstico à aceitação	77
4.4. Perspectivas familiares em relação à criança com surdez.....	80
4.5. A criança surda e a família na aquisição da LIBRAS	82
4.6. Minha experiência na educação de surdos.....	88
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS.....	94

I - INTRODUÇÃO

Este trabalho foi elaborado a partir da vivência e experiências do autor junto a pessoas que possuem deficiência auditiva, ao longo de suas atividades em instituições educacionais para surdos. É seu intento estabelecer a importância da comunicação através da linguagem de sinais, notadamente a Libras – Língua Brasileira de Sinais – para a inserção social da pessoa com deficiência auditiva severa e/ou profunda, bem como situar o papel fundamental que a família ocupa nesse contexto.

Procura também evidenciar o quanto o contexto e a influência familiar são importantes no sentido de o surdo optar por adquirir e desenvolver sua autonomia de comunicação pelo aprendizado e utilização formal da Libras, agregando-se também a comunicação caseira gerada a partir das necessidades cotidianas de comunicação no seio familiar. Ao adotar um novo código linguístico, a Libras, demonstra que tais pessoas são plenamente capazes de atingir sua inserção social.

O capítulo II intitulado “**Comunicação: Breve Histórico**” procura estabelecer a importância fundamental da comunicação, no desenvolvimento da humanidade ao longo do processo histórico, situando à necessidade de o Homem expressar seu pensamento através de processos variados, conhecidos como atividades de comunicação, e o quanto de esforço e tempo foram utilizados nessa construção a princípio individual e posteriormente coletivamente, fazendo uso da fala, gestos, figuras, códigos, símbolos e tudo o mais de que possa dispor em seu arsenal representativo para fazer-se compreender pelo outro, numa expressão ativa da vontade, mesmo quando a preocupação estiver voltada para a compreensão do pensamento alheio.

A partir de questionamentos alicerçados principalmente em teóricos da comunicação, busca não somente a definição do termo *comunicação*, mas também sua importância histórica, desde seu advento, situando-a no espaço-tempo de modo a entender seus propósitos, requisitos básicos, desdobramentos filosóficos e implicações sociais, as fases importantes dessa construção coletiva que trouxe avanços significativos no curso da história da humanidade, considerando então, a organização grupal detentora de linguagem, onde indivíduos desempenhem papéis sociais definidos, tais como posição de mando e proteção coletiva, relações de

poder, e as atividades distribuídas entre os diferentes atores sociais – homens, mulheres, crianças, pessoas idosas, ou seja, a sociedade eminentemente organizada, onde cada indivíduo ocupa a posição que lhe compete, fazendo aquilo que o grupo espera que seja feito. E os grupamentos humanos organizados evoluíram para a sociedade como hoje a conhecemos, sendo que a comunicação adquiriu renovadas formas e meios, mas ainda é essencialmente necessária e presente, atendendo a necessidade humana de transmitir ideias. A própria comunicação nasce desta necessidade, a princípio reduzida à emissão de sons de algum modo significativos e representações pictográficas.

Na sequência, veremos que a evolução para sinais e sons articulados no intuito de transmitir ideias de maneira organizada, foi, aos poucos, criando convenções, aceitas e entendidas coletivamente, materializando a necessidade de transmitir ideias em comunicação propriamente dita. Também observaremos a distinção entre língua e linguagem, bem como analisaremos a linguagem como fenômeno social estabelecido através de acordos entre membros de um grupo ou sociedade, convencionado entre seus participantes, constituindo assim Fala e Linguagem como componentes da etapa seguinte, e como isso representou enorme avanço em termos de aprendizado e organização social. Procurou-se nesse ponto incorporar a noção de *meio* pertinente adotada nas teorias de comunicação de massa, que estabelecem os meios como extensões de nossos sentidos, e sistematizam novos índices relacionais, não apenas entre os nossos sentidos particulares como também dos meios entre si, na medida em que se inter-relacionam.

Já sendo na parte final desse capítulo o autor procura comentar a invenção da escrita e antecipa a questão da surdez que provoca inibição da fala, levantando questionamentos acerca de situações passíveis de estudo e esclarecimento: a ausência total ou parcial da fala seria naturalmente compensada pelo organismo, dotando os indivíduos de meios acima dos normais relativamente à utilização dos demais sentidos físicos, ou o comprometimento do sentido da audição acentuaria a capacidade visual, ao lado da capacidade motora fina, isso tudo redundando na utilização de gestos mímicos significativos, como na língua de sinais. Outra questão, até que ponto a fala é condição essencial para a sobrevivência dentro do grupamento humano, ou como a ausência da fala poderia impactar os processos da memória, ou se a completa ausência do sentido auditivo representa perda

significativa de expressão e adequação social, estabelecendo a integração ou a exclusão do grupo, ou até que ponto poderia considerar o sentido da visão como um meio **quente** pela atenção forçada ao participar da comunicação por sinais, ou a simples ausência da comunicação via fala já faria com que o indivíduo potencializasse as outras próprias capacidades no intuito de comunicar-se. Tentativa de elucidar estas questões será estabelecida e desdobrada para atender aos propósitos deste trabalho, analisando na sua passagem a palavra falada e como ela envolve todos os demais sentidos, avançando mesmo nos domínios dos demais sentidos, sobrepondo-se a eles, reivindicando a soberania sobre todos e interferindo na expressão típica de cada um dos sentidos.

Finalmente procurou-se situar adequadamente se houve realmente avanço significativo quando os seres humanos passaram da fala para a escrita, sendo que a fala, quando embrenhada nos domínios auditivos, mostra-se viva, ao passo que, ao ser representado pela letra e pela palavra escrita, perde a vivacidade, ficando seu conteúdo significativo potencialmente comprometido, arriscando-se a ser letra morta. Já que o ser humano tende a partir da audição associar a voz aos sentimentos e emoções do falante, onde a memória auditiva participa com a capacidade de manter registrado o tom de voz utilizado e adequado à reprodução de da ideia transmitida, guardando toda a carga emocional transmitida pelo falante e interpretada pelo ouvinte, sendo que em toda vez que lançar mão desse arquivo auditivo, as emoções e memórias agregadas serão imediatamente atualizadas.

O enfoque do capítulo III pretende-se fazer uma síntese histórica sobre a Comunidade Surda, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e suas características enquanto língua. Intitulado “**Língua de Sinais: A Imagem do Pensamento**” apresenta o contexto histórico da surdez, desde que ela passou a ser encarada como uma limitação e o surdo como um indivíduo capaz de ser educado e viver em sociedade.

Discorre sobre a noção de que a surdez, do mesmo modo que outras deficiências ou limitações geram nos pais diversos sentimentos conflitantes, causando no grupamento familiar a necessidade de construção de novos parâmetros e expectativas, e situa pesquisadores importantes nesse campo na Alemanha, França, Itália estados Unidos e Brasil, em diversos momentos da história. Estabelece os diferentes graus referentes à perda da audição segundo a legislação

brasileira na atualidade, trazendo também a etiologia das causas de surdez, bem como as doenças mais comuns que podem causar tal distúrbio, e a não menos importante menção de que a surdez pode ser desenvolvida antes ou depois da aquisição da fala.

No decorrer desta pesquisa é apresentado a Língua Brasileira de Sinais – Libras com suas características, seus estágios de desenvolvimento, enfim, o que possibilita ao surdo utilizá-la como modelo comunicativo. Citando importante autor como Novaes, o autor reproduz a fala onde se faz adequado lembrar que “*para os surdos sua língua primária, de caráter natural, é língua de sinais, e a segunda, em nosso País, a língua portuguesa*”, mas que, no entanto, a aquisição da Libras pelas crianças surdas, somente acontece de forma natural, em famílias com pais surdos, que são de acordo com as estatísticas internacionais, menos de 10% das famílias com casos de surdez.

Os seres humanos estabeleceram há quatro séculos as bases do que atualmente denominamos Línguas de Sinais, a partir da percepção da impossibilidade de manter comunicação pelas “vias naturais”, (a fala e a audição), a humanidade estabeleceu novas formas comunicativas, estruturadas não apenas no uso de sinais, mas também utilizando as expressões faciais, o início desse trabalho através dentre outros do monge francês L'eppe utilizando os sinais - até então, denominados mímicos - já convencionados entre membros da ordem religiosa da qual fazia parte, na educação de jovens surdos oriundos da nobreza. Desse modo podemos afirmar que inicialmente as linguagens de sinais eram vistas como uma forma adaptativa da mímica ou seu termo correlato latino - a pantomima.

Fazendo referência específica ao código, aqui encontramos o princípio pelo qual a Língua Brasileira de Sinais – Libras tem sua aplicação efetiva, enquanto apropriada à comunicação entre pessoas surdas, levando-se em conta que a língua, como fenômeno social, tem sua dinâmica própria de evolução, caracterizada por inserções de palavras, bem como exclusões daquelas que caíram em desuso, e modificações quanto ao conteúdo lexical, isto é, palavras que tem seu significado ampliado pelo uso e passam a representar ideias mais abrangentes ou mesmo novas em relação ao significado primitivo.

O fato de que a língua de sinais não escapa à dinâmica evolutiva, novas representações são criadas e incluídas no meio social pelos utentes (falantes) na sua articulação cotidiana, observando que se na fala articulação é entendida como as fases de movimento dos órgãos fonadores na produção da fala, em relação a Libras o termo pode ser entendido como a utilização sistemática de símbolos significativos (ou signos) de acordo com regras comuns aos usuários, cujo meio de transmissão ou representação são os gestos e expressões faciais.

Finalizando o capítulo, o autor discute as principais filosofias educacionais e comportamentais relativas às pessoas com surdez, estabelecendo que desde o momento do diagnóstico, embora a família precise de certo tempo para assimilar a ideia de surdez de um de seus membros, é de extrema importância que os pais procurem acompanhamento profissional, e proceda a escolha da escola onde a criança surda será matriculada, principalmente se o diagnóstico for tardio, pois a interferência da família é importante para garantir o pleno desenvolvimento social, cognitivo e emocional da criança.

Ressalta-se também como a família precisa adotar cotidianamente o modelo linguístico concernente com o grau de surdez apresentado pela criança, uma vez que a criança surda que nasce em um meio ouvinte, depara-se com uma rede de construções identificatórias, privilegiadas pelas expectativas de seus pais e demais familiares, que naturalmente, desejam que tais crianças também sejam ouvintes, e o fato de que essa dificuldade inicial de comunicação implica em uma distância maior quanto à possibilidade de a mãe transmitir ao bebê o significado simbólico de suas experiências.

Assim sendo, com exclusão da surdez leve, em todos os demais graus de surdez o uso da Libras é imprescindível para indivíduos surdos brasileiros.

E por fim, é apresentado no capítulo IV a influência da família na formação e inserção do indivíduo surdo profundo e/ou severo na sociedade como um todo utilizando-se da Libras como meio legal de comunicação. Intitulado “**Família: a Humanidade (con) vive em Grupos**”, o autor apresenta um breve histórico do conceito de família, sua origem na Idade clássica de Roma, onde era utilizado para designar um novo grupo social surgido entre as tribos latinas após o advento da agricultura e da legalização da escravidão.

Situa que no início a organização familiar era patriarcal, onde vários indivíduos aparentados entre si organizavam-se sob a responsabilidade de apenas um indivíduo. Comenta também que durante a Idade Média, sob os auspícios da Igreja, o casamento originou uma nova organização familiar, modificando-se com o advento da Revolução Francesa, quando surgiram os casamentos laicos e também durante a Revolução Industrial, quando cresceu a migração das famílias para os centros industriais a procura de melhores condições de vida, sendo que tais mudanças demográficas deram origem a um estreitamento dos laços familiares, raiz histórica para o fato de as famílias terem se tornado menor, fato semelhante ao cenário da atualidade.

Mostra opiniões diferentes acerca do significado de família, que vai de “grupo de pessoas vivendo sob o mesmo teto” à noção de “célula social matriz elementar composta por esposos e filhos”.

O estabelecido pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) também é apresentado e comentado nesse capítulo, na tentativa de indicar a responsabilidade da família na educação das crianças, facultando-lhes o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade, bem como o dever ampliado da comunidade e sociedade em geral assegurar com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes à vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao esporte, ao lazer, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e de dignidade, bem como a noção de que família é prioritariamente o alicerce a partir do qual crianças e adolescentes desenvolvem-se, associando o ECA a outros documentos oficiais, como a Declaração dos Direitos Humanos e a Constituição Brasileira, passando pelas Diretrizes Curriculares para a Educação especial.

Analisando as perspectivas familiares em relação às crianças com deficiências, comenta que historicamente tais crianças eram segregadas, deixadas a margem da sociedade. Em consonância com o período histórico vivido tais indivíduos poderiam ser condenados à morte ou apenas “vistos como doentes” e “incapazes”, ocupando no imaginário coletivo, a posição de alvos de caridade popular e da assistência social, e não de sujeitos de direitos sociais, na tentativa de

evidenciar que a sociedade de modo geral, ainda esteja despreparada para conviver e respeitar os indivíduos com deficiência.

E discorre sobre a terminologia classificatória ainda equivocada e discriminatória por excelência, situando termos como eficiência, deficiência e incapacidade. Analisando inclusive, o nível de estresse e comprometimento apresentado por famílias sem filhos deficientes em relação a famílias com crianças deficientes segundo autores como Brito e Dessem que discorrem sobre comportamentos de pais de crianças portadoras de deficiência que vão da negação pura e simples à assunção do papel de mártires em relação a essas crianças e o difícil aprendizado e convivência dependendo da postura e aceitação desses pais, bem como a responsabilidade do grupamento familiar pela inserção do indivíduo deficiente na sociedade como um todo, sendo que as dificuldades quanto a essa tarefa acabam por fortalecer a família, fortalecendo posteriormente a criança deficiente, os grupos sociais dos quais a criança faz parte e a própria comunidade onde está inserida a família e a criança, ampliando deste modo o círculo de inclusão social do deficiente. O mesmo capítulo já avançando para sua conclusão, eleva a importância da aquisição da Libras pela família do surdo efetivando o diálogo entre ambos e conseqüentemente facilitar sua integração junto a sociedade. O autor também relata sua experiência no que tange a dificuldade dos alunos surdos que atende em se comunicar com seus familiares.

A metodologia adotada na elaboração da presente pesquisa analisou referenciais bibliográficos de autores das áreas de Comunicação, Educação, Psicologia e Linguística, de modo a demonstrar a importância da Libras enquanto língua natural de surdos severos e/ou profundos.

2. COMUNICAÇÃO: BREVE HISTÓRICO

Desde os primórdios o homem está às voltas com a necessidade de expressar seu pensamento e aproximar-se do pensamento do outro, através de processos variados, denominados genericamente como atividade de comunicação. Assim Defleur e Ball-Rokeach (1993) vê essa busca do outro como comunicação ativa, pois constitui o esforço mental – e também físico, em determinadas situações – no sentido de encontrar a forma mais adequada ao seu intento, seja fazendo uso da fala, de gestos, figuras, códigos, símbolos e tudo o mais de que possa dispor em seu arsenal representativo para fazer-se compreender pelo outro. O sujeito - empenhado em conseguir seu intento - lançará mão de expedientes variados, mas sempre numa expressão **ativa** da vontade, mesmo quando sua preocupação esteja voltada para a compreensão do pensamento alheio. Mas o que constitui de fato a comunicação? Como situá-la no espaço-tempo de modo a estabelecer seus propósitos, requisitos básicos, desdobramentos filosóficos e implicações sociais? Como historiar sua origem desde os primórdios da civilização – diria da humanidade - e reconstruir o caminho percorrido até nossos dias? Tarefa grandiosa e temerária, levando-se em conta que o termo Comunicação é algo difícil de ser defendido, partindo da premissa que encontramos diferentes definições.

A comunicação, objeto deste trabalho, tem sido estudada por diversos autores na tentativa de situá-la convenientemente, na presente pesquisa utilizamos de Defleur; Ball-Hocheach (1993), Wolf (2002), Macluhan (2001) e Hohlfeldt; Martino; e França (2001). O levantamento histórico e as implicações dessas teorias formuladas em períodos variados foram tratados exaustivamente por tais autores. Pretende-se aqui ressaltar aspectos que facilitem a compreensão da comunicação como fenômeno de alcance social, delimitador e facilitador, ou de maneira criativamente inovadora mesmo em indivíduos segregados socialmente, mas com potencial de superação, como deficientes físicos ou portadores de patologia ou deficiências. Para tanto, recortes teóricos serão levados a efeito conforme se façam necessários.

Mas o que é comunicação? Martino (2001) situa:

Etimologicamente, o termo comunicação vem do latim communicatio, do qual distinguimos três elementos: uma raiz munis, que significa “estar encarregado de”, que acrescida do prefixo co, o qual expressa simultaneidade, reunião, temos a ideia de uma “atividade realizada conjuntamente”, completada pela terminação tio, que por sua vez reforça a ideia de atividade. E, efetivamente, foi este o seu primeiro significado no vocabulário religioso onde o termo aparece pela primeira vez. (HOHLFELDT et al, 2001, p. 12)

Como ação realizada conjuntamente, para Martino (2001), é a expressão clara de atividade. O autor pressupõe esforço, intenção real e relativo grau de objetividade. Comunicação, na etimologia da palavra, traz em seu bojo a noção situacional de inter-pessoalidade e reciprocidade – basicamente o juntar de indivíduos, digamos duas pessoas, estranhas ou não, numa situação de troca que venha a favorecer a ambos, algo parecido com a prática do escambo (troca de mercadorias) - a ação comunicativa sendo aqui, então, entendida como objeto, fim e meio. Ora, a troca de mercadorias originou o comércio, impulsionando o progresso da civilização, aproximando indivíduos ou mesmo povos em torno de interesses comuns, mesmo que tais povos ou indivíduos fossem bastante distintos entre si.

Para além do interesse semântico, este sentido pode revestir-se de um interesse antropológico. A necessidade de ir ao encontro do estranho, estrangeiro, diferente (alteridade) para tentar entendê-los, pode ser um indício, através do desenvolvimento de uma instituição social (o comércio) do que talvez tenha sido a primeira tomada de consciência da separação entre uma prática natural e espontânea e uma atividade consciente e racional (pois orientada para fins) de gerar comunicação. (HOHLFELDT et al, 2001, p. 19)

Então a comunicação, vista na pré- história - antes instintiva - emissão de ruídos ou utilização de simples gestos baseados na expressividade, sobretudo, corporal – ascende aos dias atuais para seu entendimento à condição de prática natural, pois gerada espontaneamente nas relações entre as pessoas, assume por fim o status de atividade consciente e natural, posto que carregada de intencionalidade entre seus interlocutores e praticada amiúde. Assim, chama a atenção como objeto de observação e estudo, inclusive pelo intento de superar limitações ou obstáculos decorrentes de sua prática individual e coletiva, representando esforço e conquista:

(...) É plausível que a comunicação tenha ganhado visibilidade neste momento onde deixa de ser uma prática social imediata e constitutiva da consciência humana ou das relações interpessoais, para se tornar um exercício coletivo enquanto estratégia de poder. É, pois, no contraste cultural e no impulso de superar as diferenças que a comunicação se torna visível e supera os entorpecimentos das relações comunitárias. (HOHLFELDT et al, 2001, p. 19)

Mas a base para o processo comunicativo segundo Hohlfeldt (2001) está nos grupamentos humanos, surgindo como elemento facilitador por excelência, ou o próprio fenômeno pode ser tido como agregador, sendo ele também causador da formação desses grupamentos? Qual seria o fato anterior – a comunicação em si possibilitando a compreensão das necessidades e vantagens comuns da associação grupal, ou a própria existência de grupos, cujas necessidades fizeram criar e desenvolver meios comuns para a transmissão de ideias e entendimento entre os participantes desses grupos, criando assim o processo comunicativo? O interesse aqui não é discutir senioridade: “o que veio primeiro, o ovo ou a galinha?” e sim a compreensão de quanto à singularidade do surgimento da comunicação pode modificar a interação intra-grupal e facilitar o desenvolvimento dos participantes desse grupo. Do surgimento de grupamentos rudimentares até a organização relativa a papéis desempenhados pelos vários participantes, fases importantes foram vencidas, como o desenvolvimento da fala, organização de sistemas de linguagem e da língua, propriamente dita.

Fases importantes, configurando avanços significativos no curso da história da humanidade. Consideremos então a organização grupal já detentora de linguagem, onde indivíduos desempenhem papéis definidos como posição de mando e proteção coletiva, relações de poder, atividades distribuídas entre os diferentes participantes – homens, mulheres, crianças, idosos, os quais aprendem por repetição e tradição eminentemente oral, observando, ouvindo e repetindo os mesmos gestos, as mesmas palavras.

Considerando esse grupo como sociedade estabelecida e mais ou menos organizada, Hohlfeldt (2001) apresenta cada qual ocupando a posição que lhe compete, isto é, fazendo aquilo que o grupo espera que ele ou ela faça. Ritos de passagem e outros poderosos niveladores sociais são criados e repassados de geração em geração, pactuados e socialmente vivenciados. Tais grupamentos evoluíram para a sociedade como hoje a conhecemos, e nesse trâmite de séculos após séculos, a comunicação adquiriu renovadas formas e variados meios, mas

ainda serve ao seu propósito basilar: o entendimento entre pessoas. É sempre necessária. Está sempre presente. Podemos então precisar o problema da necessidade de comunicação,

(...) observando que a forma de organização coletiva que dispomos hoje traz em seu bojo uma transformação radical no que concerne ao papel da comunicação dentro da estrutura coletiva: o processo comunicativo deixa de ser analisado em sua generalidade, não sendo mais tratado como o fundamento da consciência humana (quer em sua forma coletiva ou individual); ele passa a ser investido como estratégia racional de inserção do indivíduo na coletividade. (HOHLFELDT et al, 2001, p. 33)

Mas – insistindo - o que é comunicação? Quanto dela podemos mensurar, quais parâmetros podemos estabelecer para sua análise e tentativa de compreensão? Encontramos em França (2001):

[...] a resposta mais imediata à questão, trazida pela nossa vivência (ou senso comum), vai resgatar – ou apoiar-se – na sua dimensão empírica: trata-se de um objeto, que está à nossa frente, disponível aos nossos sentidos, materializado em objetos e práticas que podemos ver, ouvir, tocar. A comunicação tem uma existência sensível; é do domínio do real, trata-se de um fato concreto de nosso cotidiano, dotada de uma presença quase exaustiva na sociedade contemporânea. Ela está aí, nas bancas de revista, na televisão da nossa casa, nos rádios dos carros, nos outdoors da cidade, nas campanhas dos candidatos políticos e assim por diante [...], incluindo nossas conversas cotidianas, as trocas simbólicas de toda ordem (da produção dos corpos às marcas de linguagem) que povoam nosso dia-a-dia. (FRANÇA, 2001, p. 39)

Senso-comum refere-se àquilo que se sabe naturalmente, sem necessidade de comprovação, muitas vezes fruto de experiências do tipo tentativa e erro; a dimensão empírica diz respeito ao conhecimento que advém da observação da realidade (conhecimento filosófico), indo além do senso comum, que pode inclusive ser objeto de comprovação através da experimentação científica. É neste enfoque que brevemente pretendo analisar a comunicação, suas raízes históricas, a pertinência de estudá-la para entendê-la, sem, contudo, a pretensão de esgotar o assunto, mas incluindo no alcance da observação (empírica, filosófica, científica) fatores que se interpõe à ela, constituindo-se em óbices para sua realização. Para saber comunicação partamos da premissa apontada anteriormente: estamos cercados por comunicação – ou tentativas de comunicação – e as facilidades para que ela se realize plenamente são inúmeras; então, o que pode obstar o processo

comunicativo, seja na dimensão interpessoal, cotidiana, seja nas situações sociais mais abrangentes.

2.1. Comunicação e escrita – história e contexto

Defleur e Ball-Rokeach (1993) apresentam de maneira concisa e interessante o aparecimento do ser humano como espécie e sua evolução até os dias de hoje. Estabelecem remontar-se ao período paleolítico (aproximadamente 70 milhões de anos) o início do processo evolutivo que resultou na humanidade como a conhecemos, passando pela ordem primata – mamíferos com mãos e pés flexíveis, cada um com cinco dedos; a família hominidae (criatura com aparência humana), o *Australopithecus africanus* (entre 5,5 milhões e um milhão de anos, na África) e cerca de 2 milhões de anos atrás surge o *homo habilis*, criatura importante na evolução humana pela capacidade de fazer ferramentas. Essa capacidade, aliada a outras como o uso do fogo, representaram avanços substanciais na história da espécie humana. O *homo erectus* (aproximadamente 1,6 milhões de anos) elaborou ferramentas melhor acabadas, eram caçadores e apanhadores competentes. O *homo sapiens* surge entre 90.000 e 40.000 anos atrás; chamados Cro-Magnon viviam tanto em cavernas quanto em abrigos temporários, eram caçadores e apanhadores extraordinariamente bem sucedidos; faziam ferramentas razoáveis e tinham uma organização social relativamente complexa; estabeleceram uma tradição artística com entalhes e pinturas nas cavernas; domesticaram animais, começaram a utilizar metais, adotaram a agricultura e estabeleceram comunidades fixas. Constituíam o produto final de um processo evolutivo de 70 milhões de anos. Os seres humanos contemporâneos são seus descendentes diretos.

Mas a capacidade de comunicação pode ser entendida como fator fundamentalmente importante para o avanço da civilização. A história da existência humana, pois, deve ser mais adequadamente explicada por uma teoria de transições – isto é, explicada em função de etapas distintas no desenvolvimento da comunicação humana, cada uma das quais teve profundas consequências tanto para a vida individual quanto para a coletiva e social. (DEFLEUR e BALL-ROKEACH, 1993, p. 22)

Tais etapas representam períodos distintos que vão da utilização de símbolos e sinais rústicos e simples (Era dos Símbolos e Sinais), relativamente semelhantes aos utilizados por outras espécies animais. A evolução para sinais e

sons articulados no intuito de transmitir ideias de maneira organizada, foi, aos poucos, criando convenções, aceitas e entendidas coletivamente, transformando a simples transmissão - nem sempre prontamente compreensível - em comunicação propriamente dita. A linguagem como fenômeno social estabelecido através de acordos entre membros de um grupo ou sociedade, isto é, convencionados entre tais participantes, constitui elemento delineador do uso precípua da fala. Então, Fala e Linguagem compõe a etapa seguinte, representando enorme avanço em termos de aprendizado e organização social. Sequencialmente, novo salto no tocante ao crescimento do processo de comunicação ocorreu, há aproximadamente 5 mil anos, representado pela transição para a Era da Escrita.

Essa grande ferramenta para o desenvolvimento das capacidades humanas foi inventada independentemente em mais de uma parte do mundo. Os chineses e os maias, especificamente, criaram a escrita de forma totalmente independente, mas a mais antiga transição ocorreu entre os sumérios e egípcios no antigo Crescente Fértil, no que hoje são partes da Turquia, Iraque, Irã e Egito. (DEFLEUR e BALL-ROKEACH, 1993, p. 23)

Importa notar que tais etapas (ou Eras) representam situações de comunicação envolvendo a sociedade humana desde sua origem até hoje, ocorrendo de forma simultânea em alguns aspectos – inclusive contemporaneamente. Ainda hoje criamos símbolos, convencionamos sinais, renovamos o significado de termos ou palavras e fazemos acréscimos ao léxico. A comunicação não constitui processo estanque: é antes dinâmico, autoalimentado continuamente pelas necessidades (humanas) que nunca param de crescer.

Nossos ancestrais primitivos aprenderam a usar símbolos e sinais muito cedo, e ainda os usamos muito amplamente. A fala e a linguagem foram-lhes acrescidas. A seguir a escrita adicionou-se, seguida pelas comunicações impressas e de massa. O uso do computador agora está se disseminando. Assim, a história da comunicação humana tem sido de combinação de sistemas de comunicação antes do que simples passagem de um para outro. (ibidem, 1993, p. 24)

O registro ou representação de ideias e fatos, feito de maneira intencional seguindo convenções adotadas coletivamente, teria se originado a partir de questões bastante práticas: o crescimento das trocas (comércio), a necessidade de estabelecer demarcações e limites, acordos, situações de compra e venda, enfim, situações comuns à uma sociedade eminentemente agrícola. “A padronização de

significados de imagens, pois, foi o primeiro passo na criação da escrita, mas não se iniciou antes de a agricultura estar bem instaurada.” (ibidem, 1993, p. 33). A necessidade, então, antepõe-se à criação. É a necessidade de facilitar as diferentes formas de interação social que impulsiona a criatividade. O ser humano busca incessantemente facilitar a própria vida, racionalizar o próprio trabalho enquanto esforço físico e mesmo como atividade intelectual, gerando nessa busca soluções criativas e compensadoras.

A necessidade é a mãe da invenção. Assim foi com a língua, primeiramente, e depois com a escrita, desde a representação pura e simples através de imagens pintadas nas cavernas: “As mais antigas tentativas para registrar informações de maneira a ser recuperadas mais tarde foram complicadas representações de animais e cenas de caçada em pedra, que foi o primeiro veículo.” (ibidem, 1993, p. 32).

O fato marcante é que tais representações pudessem ser significativas, tanto para seus criadores como para aqueles a quem eram destinadas; e, mais ainda, pudessem continuar a expressar as ideias convencionadas mesmo que decorrido significativo espaço de tempo. Ora, vemos aqui a participação efetiva dos processos mnemônicos; é a memória que ampara largamente essa etapa, e podemos aqui distinguir memória de curto e de longo prazo.

A memória de curto prazo armazena dados de maneira mais restrita; grande volume de informação pressupõe enorme capacidade de memorização, nem sempre encontrada em larga escala. Nas sociedades de tradição oral, a transmissão de saberes que representam cultura é feita através de narrativas formalizadas no intuito de repassar de uma geração para a geração posterior os conhecimentos acumulados por aquela sociedade.

A invenção da escrita vem facilitar tanto a forma de registro como a de preservação desses conhecimentos. No dizer de Defleur e Ball-Rokeach:

A mente humana ficou liberada da pesada tarefa de ter que recordar-se de culturas inteiras e reproduzi-las nas mentes e memórias de cada nova geração. As ideias puderam ser armazenadas, acumuladas e consultadas por gerações subseqüentes. Este foi o grande passo para frente quando os seres humanos penetraram na Era da Escrita. (DEFLEUR e BALL-ROKEACH, 1993, p. 36).

Com seu surgimento em meados do quarto milênio a.C a escrita, revolucionou a história da comunicação, no sentido de introduzir praticidade e facilitar a dinâmica processual. Carecia, contudo, de especializar-se ainda em um aspecto: como representar as ideias. Os egípcios criaram os hieróglifos, complicado

sistema de símbolos e imagens, primeiramente grafados na pedra, desenhados ou pintados em prédios ou construções; finalmente desenvolveram o papiro (cerca de 2.500 anos a.C.), espécie de papel feito a partir de junco colhido verde, reduzido à massa, comprimido e secado para ser armazenado em rolos. Os hieróglifos, então, passaram a ser simplificados, facilitando a tarefa de escrita. Os sumérios, por volta de 1.700 anos a. C., passaram a representar sons em vez de ideias, através da escrita cuneiforme (representações feitas em barro, em forma de cunhas), criando assim a escrita fonética, imprimindo novo avanço na comunicação entre os seres humanos, utilizando sons que representavam as sílabas que compunham as palavras.

Mais tarde (por volta de 700 a.C.), a escrita fonética evoluiu para escrita alfabética, isto é, passou a representar sons distintivos – as vogais e consoantes, simplificando em muito o sistema. Contudo,

[...] o uso de caracteres para representar sílabas foi o primeiro passo na criação da escrita fonética e foi um grande avanço na comunicação humana. Particularmente, tornou imensamente mais fácil a alfabetização. A pessoa tinha que lembrar mais ou menos uma centena de símbolos para as várias sílabas da língua. (DEFLEUR e BALL-ROKEACH, 1993, p. 34).

A escrita fonética simplificou mais ainda o processo. Como exemplo, note-se o alfabeto da Língua Portuguesa, que contém 26 letras, que são as representações gráficas desses sons. A padronização trouxe avanço significativo, a alfabetização enormemente facilitada alastrou-se e modificou sistemas e culturas. McLuhan (1964), comentando o efeito do meio (veículo) através do qual a comunicação é realizada, e categorizando o meio de transmissão, indica: “Um meio frio como os caracteres hieroglíficos ou ideogrâmicos atua de modo muito diferente daquele de um meio um meio quente e explosivo como o do alfabeto fonético.” (MCLUHAN, 1964, p. 39).

De fato,

A escrita alfabética trouxe benefícios enormes para a comunicação humana. A par das ferramentas, do fogo, e da própria língua, a escrita alfabética foi uma das mais significativas realizações dos seres humanos. Sem ela, a grande maioria das populações do mundo de hoje ainda seria analfabeta. Grandes movimentos da ciência, das artes, da administração e da religião foram possibilitados pelo fato de as pessoas saberem ler. A própria História iniciou-se com registros escritos, mas isso foi há apenas 250 gerações! Na perspectiva de 70 milhões de anos, é bem pouco tempo. (DEFLEUR e BALL-ROKEACH, 1993, p. 35).

Gregos e posteriormente os romanos contribuíram com melhorias importantes para o sistema.

Outro grande salto foi a invenção da imprensa, por Gutemberg na Alemanha, no século XV. A partir da de impressão, possibilitou-se a multiplicação e divulgação de ideias e informações muito mais rapidamente que pelo sistema de cópias manuscritas. Aliando-se a este fato a alfabetização, sociedades inteiras foram modificando-se social e culturalmente, desafiando postulados religiosos, bem como influenciando no declínio no controle das elites sobre as populações analfabetas. Com a imprensa, a publicação de noticiosos deu seus primeiros passos; avançando um pouco, já ao final do século XIX,

[...] ficou claro para os pioneiros cientistas sociais que os novos veículos de massa – jornais, livros, e revistas, todos os quais amplamente utilizados na sociedade – estavam trazendo importantes mudanças para a condição humana. Aqueles meios representavam uma nova forma de comunicação que influenciava não apenas padrões de interação nas comunidades e sociedades, como também as perspectivas psicológicas dos indivíduos. (DEFLEUR e BALL-ROKEACH, 1993, p. 40).

Defleur e Ball-Rokeach (1993) também nos apresenta novas tecnologias, que por fim, trouxeram o influxo definitivo que caracteriza o fenômeno das comunicações, agora voltado para as grandes massas. O telégrafo facilitou o processo, enquanto tecnologia inovadora; o cinema, já no início do século XX, revolucionava a indústria do entretenimento, seguido pelo radio e, pouco depois nos anos 40, a televisão. Hoje temos a TV a cabo, a transmissão por satélite, a TV digital, o telefone celular, o computador, a internet.

A comunicação é verdadeiramente global, e em tempo real. Doutrinas antiquíssimas acerca da alma e seus mistérios, ou o último avanço da medicina biomolecular, estão igualmente ao alcance de um clic no teclado do computador do escritório, ou do laptop, levado a tiracolo em qualquer momento, a todo e qualquer lugar. Teorias científicas se interpõem ao fenômeno comunicacional: da análise empírica à experimentação rigorosa, análises feitas empenham-se em torná-lo acessível, palatável, destrinchando-o em suas minúcias, logrando, assim, tentativa de aperfeiçoar a aplicação em todos os campos da vida da sociedade contemporânea.

Para tanto, estudiosos da comunicação tentam explicar a natureza fundamental do processo da comunicação humana. Segundo Defleur e Ball-Rokeach, “[...] Muitas pistas promissoras estão disponíveis em territórios como semântica, antropologia cultural, sociologia e psicologia social. Estas têm de ser conjugadas numa descrição adequada da comunicação humana em geral.” (DEFLEUR e BALL-ROKEACH, 1993, p. 43). O concurso de diversas disciplinas – onde cada uma dá sua parcela de contribuição – amplia e facilita a compreensão desse processo. “De modo geral, elas assinalam que a comunicação humana é um processo biossocial, dependente não apenas da memória humana, mas de fatores como percepção, interação simbólica e as convenções culturais de linguagens específicas.” (DEFLEUR e BALL-ROKEACH, 1993, p. 43).

2.2. A interferência do meio no processo de comunicação

Em *Os meios de comunicação como extensões do homem*, McLuhan (1964) comenta de maneira primorosa a importância do **meio** nos processos comunicativos – quais implicações quanto à emissão e no que interfere na recepção (e entendimento) da mensagem veiculada – caracterizando o meio como sendo *extensões físicas do próprio organismo humano*:

Há um principio básico pelo qual se pode distinguir um meio quente, como o rádio, de um meio frio, como o telefone, ou um meio quente, como o cinema, de um meio frio, como a televisão. Um meio quente é aquele que prolonga um único de nossos sentidos e em “alta definição”. Alta definição se refere a um estado de saturação de dados. Visualmente, uma fotografia se distingue pela “alta definição”. Já uma caricatura ou um desenho animado são de baixa definição, pois fornecem pouca informação visual. O telefone é um meio frio, ou de baixa definição, porque ao ouvido é fornecida uma magra quantidade de informação. A fala é um meio frio de baixa definição, porque muito pouco é fornecido e muita coisa deve ser preenchida pelo ouvinte. (MCLUHAN, 1964, p. 38)

Meios assim categorizados, distribuídos entre **quentes** e **frios**, de acordo com o grau de saturação de dados transmitidos (ou veiculados), sendo tal classificação a principio utilizada para facilitar o entendimento da comunicação em larga escala, serve também para compreender-se – segundo o autor – que um meio considerado “quente” permite menor grau de participação (pelos interlocutores) do que um meio “frio”; para ele, a forma fria inclui, e a quente, exclui. Considera que

“[...] os meios, como extensões de nossos sentidos, estabelecem novos índices relacionais, não apenas entre os nossos sentidos particulares como também entre si, na medida em que se inter-relacionam.” (MCLUHAN, 1964, p. 72). Para esse autor, a zona de conforto em relação aos meios frios e quentes.

[...] consiste em abandonar uma disposição visual em favor de uma disposição que permite a participação informal dos sentidos – um estado que não se obtém quando se aquece apenas um dos sentidos (o visual em especial), a ponto de torna-lo dominante numa situação qualquer. (MCLUHAN, 1964, p. 19)

Ora, sendo o meio (ou veículo) tão importante na comunicação, servindo como verdadeira extensão de nossa organização e sentidos físicos, obviamente tem caráter dinâmico, envolvente e complexo. Dinâmico, pois a comunicação exige envolvimento ativo dos participantes ou interlocutores; a noção de participação exclusivamente passiva na comunicação compromete a interferência da vontade: falamos com a intenção de dar a conhecer ao outro algo que consideramos importante, algo a comunicar, e – na posição diametralmente oposta, porém de igual modo, nos dispomos a entender, movidos pela curiosidade ou necessidade de entendimento.

Essa via de mão dupla caracteriza a *dinâmica* do processo. Por conseguinte, é *envolvente*, dada a forma como integra os participantes em torno de um objetivo comum a ambos (considerando a situação de um diálogo), sendo tais interlocutores pessoas distintas entre si; finalmente, é um fenômeno *complexo*: não pode ser reduzido a simples situações de dizer ou deixar de dizer isto ou aquilo, ou compreender ou deixar de compreender o mesmo objeto da comunicação; é mais abrangente, por agregar em torno de si indivíduos distintos, com intenções e capacidades distintas, inclusive quanto à utilização em maior ou menor grau de um – ou mais de um – dos cinco sentidos físicos que os seres humanos dispõem para conhecer e relacionar-se entre si e com o mundo que o rodeia.

Amplia-se a partir daí o sentido de comunicação enquanto fator que facilita a proximidade e entendimento interpessoal, possibilitando trocas, contatos, aprendizados novos e saberes aos quais não chegaríamos de outra forma, a não ser pela utilização dos sentidos:

Palavras como “apanhar” ou “aprender” indicam o processo de chegar-se a uma coisa através de outra, manipulando e sentindo muitas facetas de uma só vez, através de mais de um sentido. [...] “toque” e “contato” não se

referem apenas à pele, mas ao jogo recíproco dos sentidos: “manter contato” ou “estabelecer contato” é algo que resulta do encontro frutífero dos sentidos – a visão traduzida em som e o som em movimento, paladar e olfato. O senso comum por muitos séculos foi tido como o poder especificamente humano de traduzir a experiência de um sentido isolado para todos os demais sentidos. (MCLUHAN, 1964, p. 81)

É nas sociedades de tradição oral que essa noção cria corpo e vida. A transmissão de saberes, feita através de narrativas elaboradas para satisfazer a necessidade de repassar o conhecimento entre gerações de uma mesma sociedade, pressupõe a participação intensa dos envolvidos nesse processo, participação esta que transcende a simples noção de memorização.

A transmissão carece ser trabalhada, enriquecida pela “performance” do comunicador – seja ele um professor ou um simples contador de histórias atuando como “memória” da tribo. E seus interlocutores empenham-se ativamente em memorizar falas, gestos e quaisquer outros recursos utilizados que sejam carregados de significado. Importante é *impressionar os sentidos desses interlocutores*, pois só assim será possível a tão necessária memorização.

Lembrar é não deixar morrer, é manter vivas as falas das gerações passadas pela repetição das histórias e tradições apreendidas e socialmente avalizadas. É a impressão dos sentidos, um sentido pelo outro, a fala contaminando a audição e esta por sua vez interferindo na visão, e tato, e paladar, tudo isso sendo veiculado, acontecendo num determinado meio. É ainda McLuhan que adverte para o fato de que, “[...] *para efeitos práticos e operacionais, o meio é a mensagem.*” (MCLUHAN 1964, p. 19).

Ora, as implicações dessa afirmação tem efeito extraordinário. Deixamos de considerar a importância da mensagem em si mesma para determo-nos examinando o meio que a veiculou; então mensagem a um só tempo é meio e fim; é veículo de transmissão de conhecimento (meio, portanto), e o próprio conteúdo de conhecimento transmitido. A finalidade da comunicação - virtualmente sendo a transmissão que possibilita a apropriação do conhecimento-objeto da troca comunicacional – esta alicerçada na escolha do meio escolhido para veiculação. Ainda mais – ao considerarmos a posição do mesmo autor ao sentenciar que a *carga significativa de um meio ou veículo é sempre outro meio ou veículo* (o grifo é nosso), ou seja, que toda informação na forma de mensagem veiculada está sujeita à troca de posições, ora fim, ora meio.

Este fato característico de todos os veículos, significa que o “conteúdo” de qualquer forma, meio ou veículo, é sempre um outro meio ou veículo. O conteúdo da escrita é a fala, assim como a palavra escrita é o conteúdo da imprensa e a palavra impressa é o conteúdo do telégrafo. Se alguém perguntar “qual é o conteúdo da fala?”, necessário se torna dizer: “um processo de pensamento real, não-verbal em si mesmo. Uma pintura abstrata representa uma manifestação direta dos processos do pensamento criativo, tais como poderiam comparecer nos desenhos de um computador. (MCLUHAN 1964, p. 22)

Fala então constitui *conteúdo* em relação à escrita, isto é, a expressão da fala é a escrita, assim como a expressão do *pensamento* é a fala. O mesmo autor, vimos anteriormente, estabelece a noção de meio **quente** e meio **frio** – de acordo com o nível de saturação da informação -; então fala caracteriza meio frio de baixa definição, exigindo, por conseguinte, esforço ativo do interlocutor no sentido de preencher as lacunas para acessar o conteúdo real da comunicação – e sendo, por sua vez, *conteúdo em relação ao pensamento*, incluindo aqui noção de que os sentidos se comunicam, se inter-relacionam (ou no dizer de McLuhan: [...] nenhum meio tem sua existência ou significado por si só, estando na dependência de constante inter-relação com os outros meios (MCLUHAN 1964, P. 42), integrando-se, na tentativa de aprofundar o entendimento do objeto da comunicação.

Considerando o fato de que o próprio organismo humano procura compensar a ausência de determinado sentido pela otimização dos demais – por exemplo, os deficientes visuais, que compensatoriamente tem a audição muitíssimo aguçada - seria possível, a partir dos postulados expostos, entender que a ausência parcial ou total da fala seria naturalmente compensada pelo organismo, dotando os indivíduos de meios acima dos normais relativamente à utilização dos demais sentidos físicos, ou – avançando mais ainda – que o comprometimento do sentido da audição acentuaria a capacidade visual, bem como a capacidade motora fina - redundando na utilização de gestos executados com maestria, tais como na língua de sinais? Até que ponto a fala - aqui entendida como capacidade de articular sons de maneira ordenada – é condição essencial para a sobrevivência intra-grupal?

Como a ausência da fala poderia impactar os processos mnemônicos, no sentido positivo ou negativo? E a ausência do sentido auditivo, representa perda significativa de adequação social? E a família, o quanto contribui favorável ou desfavoravelmente nesse processo de adequação – redundando em integração ou exclusão do grupo? A visão poderia caracterizar-se meio **quente** pela atenção

forçada ao participar da comunicação por sinais – carecendo de atenção e empenho pelo interlocutor ou interlocutores para o entendimento e apreciação da mensagem, ou a simples ausência da comunicação via fala já faz com que o indivíduo potencialize as outras próprias capacidades no intuito de comunicar-se?

Vejamos, pois, na tentativa de elucidar parcialmente estas e outras questões pertinentes, quais seriam as possibilidades – hipóteses – que redundaria em esclarecimento razoável, adequado ao propósito deste trabalho.

Primeiramente, partindo do campo conceitual, entendamos o significado de *língua e fala*.

2.3. A palavra falada

A palavra falada envolve todos os sentidos intensamente, embora as pessoas letradas tendam a falar de maneira tão concatenada e natural quanto lhes é possível. (MCLUHAN 1964, p. 95). Aqui uma pista interessante – a fala envolve todos os sentidos *intensamente*. Para o autor, ela domina, avança nos domínios dos demais sentidos, sobrepõe-se a eles, reivindica para si a soberania sobre todos, seja interferindo na expressão típica de cada um dos sentidos (quando ouvimos mal aquilo que alguém diz, imediatamente perguntamos ou solicitamos que repita, sempre através da fala), seja interrompendo a sequência natural do uso do paladar, por exemplo, ao ordenar “pare de comer imediatamente!” – se bem que a ordem seria dirigida ao interlocutor e não ao próprio falante.

Se o ouvido humano pode ser comparado ao receptor de rádio, [...] a voz humana pode ser comparada ao transmissor [...]. O poder da voz em moldar o ar e o espaço em formas verbais pode ter sido precedido de uma expressão menos especializada de gritos, grunhidos, gestos e comandos, de canções e danças. [...] Cada língua materna ensina aos seus usuários um certo modo de ver e sentir o mundo, um certo modo de agir o mundo – que é único. (MCLUHAN, 1964, p. 98)

O poder da voz está em *moldar o ar e o espaço em formas verbais*, traduzir em palavras inteligíveis o pensamento subjacente. É a partir desse artifício vocal cada língua materna modela e postula aos seus usuários (integrantes) formas particulares e específicas de ver e interpretar o mundo a sua volta. A expressão da voz coletiva de um povo é a sua língua. E cada língua, é única, mesmo que utilize vocábulos cuja origem e significado sejam estrangeiros, mesmo assim a utilização

contextualizada desses possíveis termos passará a ter solução e tratamento “caseiro”, mais adequado ao conjunto da língua em questão.

2.4. Da fala para a escrita – avanço significativo?

Historicamente a fala constituiu conquista importante para a humanidade, a partir da qual a diferença no processo de comunicação dos homens e dos animais se distanciou de modo irreparável. Em vez de sons guturais, grunhidos e outras maneiras rústicas de comunicar agrados e agravos, o homem passou a articular sons distintos, e a combinar tais sons, ocorrendo então o fenômeno intitulado *fala*. Mas não parou por aí a capacidade de superar-se - característica de nossa espécie - : dotado de inteligência e inventividade, criou a escrita, sistema de registro – inicialmente utilizando meios variados – das ideias, impressões, acontecimentos e fatos do seu cotidiano, sobretudo pela necessidade de aplicação desses registros às atividades mercantilistas (comércio).

Na sequência, o escambo, e posteriormente a moeda, revolucionaram o comércio e as atividades sociais. As bases da civilização como a entendemos estavam lançadas, a partir da invenção da escrita, e sua atividade direta em relação às massas – a alfabetização.

[...] A civilização se baseia na alfabetização porque esta é um processamento uniforme de uma cultura pelo sentido da visão, projetado no espaço e no tempo pelo alfabeto. Nas culturas tribais, a experiência se organiza segundo o sentido vital auditivo, que reprime os valores visuais. A audição, à diferença do olho frio e neutro, é hiperestética, sutil e todo-inclusiva. As culturas orais agem e reagem ao mesmo tempo. A cultura fonética fornece aos homens os meios de reprimir sentimentos e emoções quando envolvidos na ação. Agir sem reagir e sem se envolver é uma das vantagens peculiares ao homem ocidental letrado. (MCLUHAN, 1964, p. 105)

O *homem ocidental letrado* está no topo do mundo, antenado a seu tempo, bajulando-se por suas próprias conquistas e se julgando superior aos seus irmãos de culturas menos elaboradas no tocante à escrita e tecnologias. Sua insensatez lhe atribui poderes aquém da real capacidade e méritos: quer permanecer no topo, sem nunca ter que baixar a cabeça. Na sua ânsia de fazer bem tudo, age sem demonstrar reações diante das circunstâncias, age sem envolver-se verdadeiramente com o meio e as pessoas à sua volta. Orienta-se – modernamente

– pela visão, *projetada no tempo e no espaço pelo alfabeto*. A visão é fria, e por fria entendemos impessoal, analítica, distanciada e indiferente. A visão é insensível, superior, fato que espelha adequadamente a maneira de ser do homem ocidental, civilizado, acima do bem e do mal. Contudo, nas culturas orientadas pela audição, onde o repasse dos conhecimentos acumulados por gerações inteiras se faz pela transmissão oral, a memória é estimulada a participar ativamente, e esse estímulo se faz pela audição. E o sentido da audição é *hiperestético, sutil e todo-inclusivo*. Hiperestético, pois alcança níveis de profundidade em termos de conteúdo e riqueza no sentido de apreciação que não poderiam ser alcançados do mesmo modo pela visão. Sutil, porque opera em níveis subjetivos, isto é, atua diferentemente em cada pessoa, de acordo com as possibilidades do indivíduo; não pretende (nem pode) ser objeto de generalizações apressadas tampouco massificantes.

Todo-inclusivo, pois que adequado à apropriação por todos que detêm a capacidade natural de utilizá-lo. A fala embrenhando-se nos domínios auditivos é viva, mantém sua cor e sabor, ao passo que representada pela letra e pela palavra escrita, perde a vivacidade, compromete-se-lhe a eloquência. Arrisca-se a ser letra *morta*. Através da audição associamos a voz aos sentimentos e emoções do falante; a memória auditiva treinada é capaz de manter vivo o tom de voz adequado à reprodução de determinada passagem ou ensinamento, guardando-lhe toda a carga emocional – transmitida pelo falante e interpretada pelo ouvinte – o qual, por sua vez, também agrega significado emocional convenientemente, antes de arquivá-lo. E toda vez que lançar mão desse arquivo auditivo, as emoções e memórias agregadas serão imediatamente atualizadas.

A escrita, notadamente o alfabeto fonético – que tem a peculiaridade de representar sons através de símbolos, atribuindo significado à composição de grupamentos de sons (vocábulos, palavras) favoreceu o avanço da cultura letrada, em detrimento da proximidade (humana) das culturas eminentemente auditivas. A segregação ou redução a termos constituintes básicos – da cultura fonética – trouxe consequências para o âmbito social:

[...] esta mesma separação entre visão, som e significado, peculiar ao alfabeto fonético, se estende também aos seus efeitos sociais e psicológicos. O homem letrado sofre uma compartimentalização de sua vida sensória, emocional e imaginativa. (MCLUHAN, 1964, p. 107)

Assim, o homem letrado apreende o mundo através de uma verdadeira compartimentalização sensorial, dissociando um sentido de percepção alcançada por outro (o tato, por exemplo, sendo utilizado isoladamente, sem a complementação ou assessoria dos demais sentidos). Isso interfere nas respostas emocionais aos estímulos do meio circundante, com reflexos na sua capacidade de imaginar ou de sonhar.

O homem assim definido vai se tornando cada vez mais frio, indiferente às situações que - num passado não tão distante - causaria repulsa ou fariam com que seus ancestrais tivessem atitudes mais contundentes. Essa frieza pode ser observada cotidianamente, em nossas próprias atitudes frente a uma pessoa em situação de penúria e mendicância, por exemplo, da qual nos afastamos sem ao menos tomar conhecimento da existência daquele *ser humano* com o qual nos deparamos eventualmente. As deficiências físicas – que comprometem parcialmente, em maior ou menor grau, o desempenho de muitas pessoas, também provocam atitudes semelhantes de indiferença; preferimos não ver, para que a própria consciência não incite a qualquer comprometimento. Os olhos não veem o coração não sente. Mas um olhar mais atento possibilitaria entender como o esforço de superação está presente mesmo entre os portadores de moléstias mais severas, onde o organismo físico busca adaptar-se não só pela sobrevivência como também no tocante à interação.

Assim como é possível ficar horrorizado com a devastação causada por doenças ou distúrbios do desenvolvimento, por vezes também podemos vê-los como criativos – já que, se por um lado destroem caminhos precisos, certas maneiras de executarmos coisas, podem, por outro, forçar o sistema nervoso a buscar caminhos e maneiras diferentes, força-lo a um inesperado crescimento e evolução. (SACKS, 2006, p. 13)

Entretanto, estamos visceralmente comprometidos. Sacks (2006) afirma que a sociedade é baseada na interação. A *polis* (comunidade organizada, formada pelos cidadãos (no grego “*politikos*”), isto é, pelos homens nascidos no solo da Cidade) acontece no cotidiano desta comunidade por meio da troca contínua de interesses, informações, itens necessários à sobrevivência, impressões, enfim, toda sorte de situações que possibilitem sua existência materializam-se no acontecer da cidade. E para o autor, a matriz celular dos grupamentos sociais é a família.

A família então adquire aspecto impactante no processo de formação social. É no seio familiar que o indivíduo aprende desde as noções mais simples de comunicação – inclusive intuitivamente: o bebê chora, quando tem fome, e a mãe entende claramente a mensagem veiculada – até as relações mais sofisticadas de mando e poder, tudo isso influenciando na construção de valores do indivíduo e auxiliando-o a desenvolver o próprio caráter. Família, como grupamento social básico, ocupa papel relevante em todo o desenrolar da trama social vivida coletivamente. E é também coletivamente que as atitudes de indiferença – ou mesmo preconceito – irão incidir sobre aqueles considerados diferentes pela sociedade ou fora dos padrões de maior frequência, como os cadeirantes, ou os deficientes auditivos.

De fato, a família como objeto de estudo, representa a primeira oportunidade de o indivíduo sentir-se estimulado a superar a ausência da audição sendo ela parcial ou total através da apreensão da língua de sinais (Libras). Tal aprendizado possibilita não apenas acesso a espaços e serviços disponíveis na sociedade, nos mais variados níveis, mas principalmente no que tange à interação familiar. Interação se dá precipuamente pela fala, e o sistema de sinais (a língua de sinais) é essencialmente *fala*, posto que detêm regras próprias para operacionalização ocorre entre indivíduos em condições eminentemente semelhantes às daqueles que não possuem limitações auditivas, serve aos mesmos objetivos e alcança os mesmos níveis de aproximação, compreensão e entendimento entre interlocutores, estabelecendo assim a comunicação, como entendida neste trabalho. E interação representa aceitação, envolvimento, sobrevivência.

Contudo, como informações empíricas vivenciadas em diversas instituições que lecionei familiares de pessoas com deficiência auditiva tendem a ignorar a necessidade de aprendizado (formal) da língua de sinais, optando por soluções que atendam às necessidades corriqueiras de entendimento restrito ao ambiente familiar. Quando diagnosticada a ausência auditiva, no seio familiar, acabam criando sinais caseiros que facilitam somente a comunicação entre ambos – o portador de deficiência e os demais membros do grupamento familiar; porém, mais tarde, quando esse indivíduo portador de deficiência auditiva vai para a rua, é renegado ao esquecimento, virando um indivíduo sem identidade. Percebe-se então a importância da família quanto ao desenvolvimento do deficiente auditivo, tendo em vista que necessita de pré-disposição para aprender uma língua que fará parte de seu

cotidiano. É triste – e preocupante também – notar que na realidade, muitos pais ou familiares envolvidos com o indivíduo, em questão, o surdo, abdicam de seus filhos por achar desnecessário se comunicar em Libras. Se a família independente de seus componentes é célula matriz da sociedade, e se a capacidade de comunicação é estimulada e desenvolvida primeiramente no ambiente familiar (e a partir dele), então urge repensar essa verdadeira prática de abandono, cujas consequências irão acompanhar a pessoa por toda a vida.

Como toda criação humana, a linguagem de sinais também representa conquista no sentido de facilitação da vida relacionando o meio social a seus integrantes, constituindo, assim, tecnologia voltada à comunicação. E toda e qualquer tecnologia só é visível a partir do momento em que os indivíduos se apropriem dela, tomem conhecimento não somente da sua existência como também do alcance e potencial quando convenientemente aplicada. É o impacto psicológico que predispõe o indivíduo à necessária apropriação:

Talvez o “fechamento” ou a consciência psicológica mais evidente de uma tecnologia nova seja simplesmente a sua demanda. Ninguém quer um carro até que haja carros, e ninguém está interessado em TV até que existam programas de televisão. (MCLUHAN, 1964, p. 88)

É o mesmo autor que comenta: “O homem abandonou o mundo da tribo pela ‘sociedade aberta’, trocando um ouvido por um olho, através da tecnologia da escrita”. (MCLUHAN, 1964, p. 161). Parafraseando o pensamento de McLuhan, proporíamos então a troca de um olho por um olhar, de uma tecnologia acessível naturalmente a todos (a capacidade de falar, como a conhecemos) por outra mais restrita – fazendo referência direta às necessidades dos portadores de deficiência visual – mas igualmente universal em sua aplicação, na medida em que é capaz de resgatar inúmeras vidas para uma convivência social mais adequada e qualitativamente mais equilibrada. Aquisição para uns, e agregação, para outros.

A capacidade de adaptar-se trouxe a espécie humana da barbárie até os dias atuais. O homem inventa necessidades e a partir delas desenvolve soluções verdadeiramente criativas no intuito de satisfazê-las convenientemente. E tal satisfação ecoa em diferentes níveis de experimentação e realização pessoal, seja em questões de trato íntimo – relacionamentos afetivos ou situações que trazem em seu bojo noções de aceitação (própria e do outro), do combate aos diversos

preconceitos observáveis no acontecer da dinâmica social, sexualidade, aparência, quer seja a partir de posições voltadas à coletividade, como a situação econômica e política, bem questões relativas à saúde pública. Seja qual for o contexto, é em nível de satisfação (ou da falta dela) que o indivíduo assimila e é impactado pelas consequências das tentativas solitárias ou em grupo de solver as necessidades criadas. Ação e reação, consequência até certo ponto natural da máxima popular “a necessidade é a mãe da invenção”.

A necessidade incita à criatividade, ponto em movimento mecanismos individuais e coletivos que representam conquista e mesmo evolução. A sociedade é dinâmica: estancar significaria retrocesso. Daí a importância das tecnologias cada vez mais eficientes aplicadas à melhoria de vida.

A tendência natural da comunidade ampliada, que é a cidade, é a de intensificar e acelerar as funções de toda ordem – fala, ofícios, moeda e troca. Por sua vez, isto implica na extensão inevitável dessas ações por meio de subdivisões, vale dizer, por meio de invenções. (MCLUHAN, 1964, p. 117).

A aceleração impulsiona a criatividade, dá vazão ao potencial criativo de pessoas e grupos. O mundo tem pressa. Urge buscar a nova solução, mais adequada, que represente, a um só tempo, racionalização de recursos e otimização de resultados, possibilitando ganhos representativos de conquistas tanto para o indivíduo quanto para o grupo. Quanto mais rápidas as mudanças pertinentes, melhores são as oportunidades criadas ou desenvolvidas; é a necessidade coletiva que conduz à invenção. Tal como mãe e filha. Mas onde fica – nisso tudo - o indivíduo cuja existência justifica esse emaranhado e aparato social, indivíduo esse que por circunstâncias variadas permanece alijado do processo? Distante é a herança de seus antepassados, os quais viveram outra sociedade:

O homem primitivo vivia numa máquina cósmica muito mais tirânica do que a que o homem letrado ocidental pode conceber. O mundo do ouvido é muito mais envolvente e inclusivo do que pode pretender ser o mundo do olho. O ouvido é hipersensível. O olho é frio e distanciado. O ouvido deixa o homem entregue ao pânico universal, enquanto que o olho, prolongado pela palavra escrita e pelo tempo mecânico, deixa alguns enclaves e ilhas livres da incessante reverberação sonora. (MCLUHAN, 1964, p. 180)

Assim é o nosso indivíduo com deficiência auditiva – por um lado, fora do processo coletivo, faltando-lhe a chave e mecanismos sociais que possibilitem o acesso que até então lhe é negado peremptoriamente; mas, por outro viés, sua dificuldade também representa oportunidade variada – ele está livre da incessante

reverberação sonora, participa compulsoriamente das “ilhas” mencionadas pelo autor acima citado. A tirania da sociedade primitiva segundo o autor, não o impacta, tampouco a frieza e distanciamento “do olho”. De fato, nem lhe é dado escolher.

É essa possibilidade de escolha que se afigura fundamental para o crescimento e inserção social desse indivíduo, por si tão isolado dos demais quanto uma ilha no meio do oceano. E a chave é a comunicação.

Das questões levantadas anteriormente, algumas foram pinceladas até aqui; outras ainda necessitam análise mais aprofundada, pois constituem fruto de preocupações pertinentes.

Neste primeiro momento priorizamos a comunicação em seus aspectos históricos e em diversos níveis de abrangência, como fator de evolução social, de interação grupal e familiar. Também detectamos, mesmo que de modo incipiente, a importância da família na superação de moléstias ou distúrbios do desenvolvimento, como é o caso da deficiência auditiva, assunto a ser retomado mais adiante. A seguir apresentaremos no próximo capítulo a Libras: suas características que a tornam Língua, os seus estágios de desenvolvimento, enfim o que torna a Libras uma Língua e possibilita ao surdo utilizá-la como modelo comunicativo.

3. LINGUA DE SINAIS: A IMAGEM DO PENSAMENTO

3.1. Contexto histórico de surdez

Acredito que todos nós conhecemos, em nosso círculo de influência, algumas pessoas surdas. Pode ser quem sabe um de nossos pais, filhos, irmãos, primos, ou mesmo aquele parente distante. Pode ser seu amigo (a), namorado (a), vizinho (a), colega de profissão, de estudos, de religião, enfim, elas estão em nosso convívio.

São facilmente percebidas quando vemos pelo ar mãos se movimentando, transmitindo comunicação entre duas pessoas, sempre acompanhadas de expressões faciais e corporais que exprimem os mesmos sentimentos transmitidos verbalmente. São vozes de um silêncio que não estamos acostumados a vivenciar.

Porém, como relata Novaes (2010), há vozes, muitas vozes, em nosso meio, que estão acostumadas com o silêncio. Elas nascem, crescem, casam, constituem família, no silêncio. Percebem o mundo e atuam na realidade por meio do silêncio utilizando-se de sua língua materna, a Libras para se comunicar e inserir-se socialmente.

Para entendermos melhor a comunidade surda torna-se imprescindível conhecermos primeiro alguns aspectos históricos que permearam suas vidas ao longo dos últimos quatro séculos, suas angústias, conquistas e aspirações sociais.

O Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue, conceitua surdez como: "perda auditiva profunda (isto é, com limiar auditivo igual ou superior a 85-90 decibéis), ou pelo menos severa a profunda (com limiar auditivo igual ou superior a 70 decibéis) em que, mesmo com uso de aparelhos auditivos de amplificação, a pessoa não consegue compreender a fala que ocorre no nível usual de conversação" (CAPOVILA, RAPHAEL, 2008, p.1221).

Cabe lembrar, no entanto, que nos últimos 400 anos – desde que a surdez passou a ser encarada como uma limitação e, o surdo, como um indivíduo capaz de ser educado e viver em sociedade- a concepção de surdez tem sofrido modificações concomitantes com os avanços médicos e educacionais de cada momento histórico.

Como o já exposto anteriormente, a descoberta da surdez, do mesmo modo que a descoberta de outras deficiências ou limitações gera nos pais diversos sentimentos conflitantes, pois a chegada de um membro de alguma forma diferente daquele que é esperado, exige que a família construa novos parâmetros e expectativas.

Para melhor compreensão do impacto causado pela descoberta da surdez, é lícito analisar as diversas definições de surdez que permearam a história das sociedades até a atualidade. Cabe lembrar ainda que, sendo o homem “produto de seu tempo” cada contexto histórico carregam em seu bojo as concepções ideológicas próprias de sua época.

Como já foram citados anteriormente, nos primórdios da humanidade, os surdos eram mortos devido a sua deficiência. Em sociedades primitivas como algumas tribos indígenas do Brasil tal prática só foi abandonada através da força dos colonizadores, ou seja, abolida sem que os indivíduos modificassem suas concepções sociais sobre surdez.

Convém ressaltar ainda, que antes que os primeiros movimentos de educação e inserção dos indivíduos surdos tomassem corpo, estes indivíduos eram comumente denominados surdos mudos, a compreensão científica acerca da surdez surgiu durante as primeiras iniciativas de educação de surdos, segundo Novaes: “os relatos históricos a respeito do tratamento jurídico que recebiam as pessoas com deficiência possuem um caráter de perversidade, com nítida demonstração de vitimização, as quais sempre foram submetidas” (NOVAES, 2008, p.41).

Durante a Idade Clássica perdurou a ideia de que surdos deviam ser exterminados, em Esparta na Grécia os recém-nascidos que apresentavam deformidades eram mortos, e, o fato era considerado de mau agouro, geralmente, os surdos escapavam á morte, já que a limitação que possuíam dificilmente era percebida durante o primeiro ano de vida. O filósofo Platão recomendava que “os *defeituosos* se unissem as *defeituosas* o mais raramente possível, e que seus filhos não fossem criados” (NOVAES, 2008 p.41).

Em Atenas, uma lei determinava que durante estado de sítio, as pessoas *inúteis* deveriam ser mortas para aumentar as chances de vida das pessoas

perfeitas “por volta de 753 a. C, o imperador Rômulo fundador de Roma, determinou uma lei onde todos os indivíduos que fossem *incômodos* para o Estado, deveriam ser mortos até os três anos” (WAMMES, 2007, p. 12).

O livro sagrado brâmico, Código de Manu, em seu artigo 216, impedia que os surdos possuíssem direitos de sucessão, igualando os deficientes auditivos aos cegos, loucos, idiotas, mudos, estropiados, eunucos e homens degredados, igualando deste modo deformidades de ordem física e morais.

Já na Idade Média segundo Wammes (2007), os princípios Católicos impediam o extermínio dos surdos, no entanto a crença de que os surdos apresentavam deficiência mental, impelia a sociedade feudal a segregá-los em nome da “caridade piedosa”.

Até mesmo a Bíblia, elege a voz e o ouvido como os únicos meios de comunicação entre Deus e o homem. Para o autor, tal concepção reforça a marginalização do surdo, em um período onde a palavra de Deus não podia receber qualquer questionamento humano.

Cabe ressaltar que, vários trechos da Bíblia, exortam o respeito às diferenças e resgata a dignidade humana, estes trechos encontram-se principalmente no Novo Testamento, seja ele de qualquer minoria, está ligado à doutrina pregada por Jesus Cristo:

No Novo Testamento, Jesus Cristo traz um ensinamento profundo quanto ao tratamento dos surdos, pois, quando esteve na região de Decápolis, algumas pessoas lhe trouxeram um homem que era surdo [...] depois de levá-lo à parte longe da multidão, fez com que ele ouvisse (NOVAES, 2008, p 43).

No entanto, a Igreja focava o auxílio dado aos surdos, na oferta de abrigo e no ensino de trabalhos práticos, contrariando a palavra preconizada por Cristo, segundo Wammes:

A distinção entre surdos nem sempre foi feita entre deficientes físicos e mentais, nem mesmo aos pobres. Os sujeitos surdos eram geralmente assimilados aos marginais, excluídos da sociedade, como objetos de compaixão ou ainda em um trabalho de esforço de conciliação cristã. Nesta época, geralmente nos mosteiros, os monges beneditinos inseriam os surdos em suas atividades manuais, mas em nenhuma atividade intelectual. (WAMMES, 2009, p.11)

A partir do século XVI surgiram os primeiros professores de surdos, e com eles, os primeiros estudos científicos acerca da surdez e das possibilidades de aprendizagem dos indivíduos surdos.

Embora os professores tenham ampliado seu número desde então, bem como variado quanto a metodologia utilizada, nos últimos quatro séculos, foram os religiosos católicos e protestantes que protagonizaram a cena educacional dos surdos (ROCHA, 2008, p. 15), os primeiros expoentes foram o abade francês Charles L'Épée (1712-1789) e o pastor alemão Samuel Heinicke (1729-1790), cujo debate público está registrado em inúmeras publicações.

O abade iniciou o seu trabalho ensinando os filhos surdos de um nobre, através dos sinais já utilizados entre os monges beneditinos – estes religiosos criaram um sistema de comunicação, já que faziam voto de silêncio - e, tendo obtido sucesso com seus primeiros alunos, popularizou seu método.

Em 1755, L'Épée fundou a primeira escola para surdos, que alcançou o atendimento de 60 alunos, atendendo alunos ricos e pobres indistintamente. O abade os sinais pelos quais os surdos se comunicavam entre si e também inventou outros, que denominava sinais metódicos, utilizados para o desenvolvimento da linguagem escrita. Sua escola foi de natureza privada e gratuita até 1791 quando foi transformada no Instituto Nacional dos Surdos-Mudos de Paris (ROCHA, 2008, p.18).

Heinicke fundou em Leipzig na Alemanha, a primeira instituição para surdos em 1778, cujo foco era a fala e para tanto o aproveitamento de resíduos auditivos, Assim seu método de ensino era oral, embora utilizasse alguns sinais e o alfabeto digital com o intuito de desenvolver a fala (ROCHA, 2008, p. 18)

Cabe destacar ainda, o médico francês Dr. Jean Marie Gaspard Itard (1755-1838), trabalhando no Instituto de Paris por 38 anos, suas pesquisas inicialmente, estava voltada para a cura da surdez e posteriormente, para a aquisição da fala e o aproveitamento dos resíduos auditivos pelos surdos. Seus trabalhos foram apresentados à comunidade científica da França destacando-se entre eles o realizado com o menino Victor de Aveyron.

Entre os séculos XVIII e XIX, foi encontrado em uma floresta, ao sul da França um menino com doze anos presumíveis que não falava, não respondia aos estímulos sonoros e apresentava graves comprometimentos emocionais. O estado apresentado pelo garoto decorria do isolamento de quase uma década, sem lograr contato com nenhum ser humano. Itard interessou-se pelo caso, e, a seu pedido, o menino foi conduzido ao Instituto Nacional de Surdos de Paris sob sua tutela.

A publicação dos estudos feitos por Itard com o menino Victor, contribuíram para o desenvolvimento de várias pesquisas entre elas, a de autismo e as experiências com os sentidos desenvolvidas pela pedagoga italiana Maria Montessori.

Em 1815, o reverendo Thomas Hopkins iniciou seus estudos no Instituto Nacional de Paris com o abade Sicard. Hopkins voltou para os EUA com Laurent Clérc, professor surdo e brilhante aluno do abade Sicard, com o intuito de criar a primeira escola de surdos da América.

Em 1855, um professor surdo, E. Huet, formado pelo Instituto Nacional de Paris, apresentou a D. Pedro II um relatório cujo conteúdo revelava sua intenção uma escola de surdos no Brasil (Rocha, 2008, p. 19), e a partir de então, a história da surdez e dos surdos brasileiros teve início.

No início do século XIX, a educação brasileira em consonância com o Período Imperial, iniciava a ampliação da oferta de ensino no país, porém dadas as condições políticas vigentes, o ensino das “primeiras letras” era destinado aos pobres brancos e livres (Rocha, 2008), a continuidade dos estudos era destinada apenas à aristocracia, tal modelo educacional tomou forma pouco diferenciada no instituto fundado por Huet.

De acordo com Moura (2000), já no século XIX, os Surdos haviam reivindicado seus direitos e reconhecido que tinham uma língua própria. Basta retomarmos os discursos de Sicard e os movimentos realizados pelos Surdos após o Congresso de Milão, para sabermos que os Surdos tinham conhecimento do valor de sua língua e de sua importância na educação do Surdo e na perpetuação de sua cultura. Até este momento eles não tinham conseguido serem ouvidos e, na

verdade, muitos foram calados por uma educação que não lhes permitia o acesso à cultura e ao conhecimento em geral.

Mas a cultura e a língua dos Surdos continuaram vivas, e eles passaram a reivindicar os seus direitos como sujeitos, e entre estes direitos o de que sua língua fosse utilizada na educação dos Surdos, que eles fossem reconhecidos não mais como deficientes, mas como diferentes e que sua cultura fosse respeitada.

Desta forma, assim como já dito anteriormente à educação de surdos brasileiros foi, assim como nos países europeus e na América do Norte, foi o prenúncio da inclusão dos surdos como sujeitos sociais.

3.2. Graus e classificações das perdas auditivas

Atualmente devido aos avanços científicos sabe-se que a surdez não é somente hereditária, basta que haja uma anomalia genética, para que nasça um bebê surdo filho de pais ouvintes, sem que exista na família qualquer histórico de surdez, de modo que em 90% dos casos de bebês surdos os pais são ouvintes (FREEMAN; CORBIN; BOESE, 1999, p 23).

Segundo Novaes (2010) em relação à etiologia as causas da surdez podem ser classificadas como:

- a) Pré-natais: decorrentes de fatores genéticos ou hereditários, bem como, devido a doenças adquiridas pela genitora durante a gestação tais como toxoplasmose, rubéola e citomegalovírus;
- b) Peri-natais: em decorrência de traumas durante parto ,nascimentos prematuros, falta de oxigenação no cérebro imediatamente após nascer (anóxia cerebral), uso inadequado de fórceps, partos muito rápidos ou excessivamente demorados.
- c) Podem ainda causar surdez a sífilis, a má formação da cabeça e pescoço, o herpes simples, a hiperbilirrúemia, o nascimento com baixo peso, a meningite (NOVAES, 2010, p 44).

O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, em seu artigo 4º, inciso IV, com alterações feitas pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que traz a seguinte classificação dos graus das perdas auditivas:

- a. de 25 a 40 decibéis – surdez leve;
- b. de 41 a 55 decibéis – surdez moderada;
- c. de 56 a 70 decibéis – surdez acentuada;
- d. de 71 a 90 decibéis – surdez severa;
- e. acima de 91 decibéis – surdez profunda e
- f. anacusia.

Pode-se ainda classificar a surdez como unilateral (quando ocorre em apenas um dos ouvidos), e bilateral (quando ocorre nos dois ouvidos). Sendo que, os graus de surdez são analisados conforme a perda auditiva na zona conversacional do melhor ouvido.

Em relação ao período de aquisição da surdez, esta se pode dar de forma *congenita*, também denominada surdez *pré-lingual*, quando a surdez ocorre antes da aquisição da linguagem, ou ainda, pode ser *adquirida*, quando se adquire a surdez após o nascimento, nestes casos a surdez pode ser *pré* ou *pós-lingual*, ou seja, antes ou depois da aquisição da fala.

Convém ressaltar que, a fase do diagnóstico da surdez é de suma importância para o posterior desenvolvimento da criança, já que, é a partir do diagnóstico que a família poderá optar, segundo as determinações da Constituição Federal (BRASIL, 1988), acerca da educação e tratamento mais adequado ao tipo de surdez da criança, bem como, é o tipo de surdez que delimitará a forma de linguagem a ser adotada **com e pela** criança e sua família.

Quadros (1997) após nos apresentar os níveis de surdez, retrata o indivíduo na relação entre a surdez e a linguagem ressaltando alguns aspectos:

- a) Na *surdez leve*, a criança consegue perceber os sons da fala, sendo capaz de adquirir e desenvolver sua linguagem oral. De modo geral tais casos são diagnosticados tardiamente, e por ser a audição próxima da audição normal, não se coloca normalmente o aparelho auditivo;

- b) Na surdez moderada, a criança apresenta desenvolvimento gradual da fala, porém por não perceber nitidamente os sons, existem alterações articatórias. Existem ainda, dificuldades para perceber a fala em ambientes com ruídos, o que atrapalha a aprendizagem da leitura e da escrita, a criança apresenta também desatenção;
- c) Na *surdez severa*, a criança apresenta dificuldade para adquirir a fala e a linguagem de modo espontâneo e, no contexto familiar, pode vir a desenvolver algum vocabulário necessitando ainda do uso de aparelho auditivo;
- d) Na *surdez profunda*, a criança dificilmente conseguirá desenvolver a fala de forma concedida, já que, apenas consegue perceber sons intensos, como trovões, portas batendo, objetos caindo e, quase sempre faz uso de leitura orofacial, necessitando de aparelhos e de implantes cocleares.

3.3. Principais filosofias educacionais e comportamentais relativas aos surdos

Após a fase de diagnóstico, embora a família prescindida de certo tempo para elaboração da surdez, é de extrema importância que os pais procurem além de acompanhamento profissional, escolher a escola onde a criança surda será matriculada, principalmente, se o diagnóstico for tardio, o que segundo pesquisas acontece comumente, já que: "quando você tiver percebido que seu filho é surdo e vai continuar surdo, você terá de tomar uma decisão sobre o que fazer quanto ao desenvolvimento dele." (FREEMAN, CORBIN, BOESE, 1999 p.105).

Desde o século XVIII existem duas principais teorias educacionais relativas à surdez:

A maior controvérsia no campo da surdez vem sendo o método(s) de comunicação (oral, manual) que deve(m) ser usado(s) com a criança surda. As diferentes abordagens para a comunicação podem afetar profundamente quase todas as áreas da vida familiar: esperanças e expectativas; seleção de programas educacionais; se os amigos devem ser surdos, de audição normal ou ambos; e como melhor incluir a criança surda na comunicação em família (FREEMAN, CORBIN, BOESE 1999 p.24).

Devido tal importância, cabe à família (nosso objeto de pesquisa a ser apresentado com mais ênfase no decorrer desta pesquisa), escolher atualmente, entre as teorias *oralista* e *bilingüista*:

- a) O oralismo defende o aprendizado através da língua oral, objetivando aproximar o surdo o máximo possível do modelo ouvinte, por meio da aprendizagem da língua, sendo entendida como instrumento de integração social e de aprendizado global e da comunicação. Esta proposta incide sobre a “recuperação” da pessoa surda, denominada de “deficiente auditivo” seguindo os critérios clínicos.
- b) O bilinguismo defende o aprendizado da língua oral e da língua de sinais, reconhecendo os sujeitos surdos nas suas diferenças e especificidades. Nesta perspectiva, a língua é considerada um meio para o desenvolvimento do ser em seu todo, capaz de proporcionar a comunicação das pessoas surdas com os ouvintes, bem como com seus pares, além de proporcionar o papel de suporte do desenvolvimento cognitivo.

A teoria bilingüista desenvolveu-se a partir das últimas décadas partindo das propostas iniciais do método sinalizador (uso da linguagem de sinais), que posteriormente, transformou-se na teoria da comunicação total (concepção que adotava a utilização mista da língua de sinais e da oralização), se estruturando o bilinguismo atualmente como teoria, através da compreensão de que a dita linguagem de sinais é de fato uma **língua**, pois em nada difere das línguas orais, vale lembrar, que a primeira língua dos surdos é a Língua de Sinais, pois somente ela poderá exercer as funções que a língua oral exerce nos indivíduos ouvintes:

O bilingüismo considera que a língua oral não preenche todas essas funções, sendo imprescindível o aprendizado de uma língua visual-sinalizada desde a tenra idade, possibilitando ao surdo o preenchimento das funções linguísticas que a língua oral não preenche. Assim, as línguas de sinais são tanto o objetivo quanto o facilitador do aprendizado em geral, assim como do aprendizado da língua oral. Essas línguas, diversas das línguas orais, têm estrutura própria e são codificadoras de uma “visão de mundo” específica, sendo constituídas de uma gramática própria, apresentando especificidades em todos os níveis (fonológico, sintático, semântico e pragmático), apesar de parecerem utilizar princípios gerais, nas estruturas subjacentes, semelhantes aos das línguas orais. (BERNARDINO APUD NOVAES, 2008 p.48)

Para maior compreensão quanto às divergências entre o Oralismo e o Bilingüismo apresentamos a tabela criada por FREEMAN, CORBIN e BOESE, muito embora os autores refiram-se a comunicação total, as mesmas opiniões são válidas para o bilingüismo:

Algumas controvérsias na opinião sobre surdez

<u>Assunto pesquisado</u>	<u>Opiniões dos oralistas</u>	<u>Opinião dos defensores da comunicação total</u>
Imagem das pessoas surdas	Pessoas deficientes	Uma minoria lingüística
Modelo de sucesso	Uma criança ou um adulto com a audição normal	Um surdo bem sucedido
Linguagem natural de uma criança surda	Língua da maioria ouvinte	Língua de sinais
Opiniões sobre a língua de sinais	Frequentemente vista como defeituosa, primitiva ou até repulsiva, deve ser evitada	Valorizada como língua clara, completa, expressiva, bela e legítima.
Meios de comunicação aceitáveis	Uso de amplificadores, leitura orofacial e treinamento auditivo.	Os mesmos, incluindo língua de sinais, mímica, alfabeto manual e expressão corporal.
Efeitos da sinalização na fala	Em geral dizem que prejudica o seu desenvolvimento	Nenhum efeito negativo pode até melhorá-la
Papel educacional dos surdos adultos	Nenhum, se não forem oralizados.	Importantes como professores, modelos, conselheiros e administradores.
Associação com outras pessoas surdas	Nenhum benefício, evitar as que usam sinais.	Necessária para uma vida normal
Integração total na sociedade dos ouvintes	Um objetivo realístico e desejável	Um objetivo difícil ou impossível para a maioria: integração parcial é encorajada, mas os resultados da mesma variam.

Tabela comparativa. Fonte: Freeman, Corbin, Boese. Seu filho não escuta? Um guia para todos que lidam com crianças surdas. Brasil, 1999

Segundo Curione (2004) as crianças adquirem a Língua de Sinais, espontaneamente, através da comunicação com pessoas fluentes na mesma. A Língua de Sinais torna-se a primeira língua das crianças Surdas às quais não seja bloqueado o acesso à língua delas. Isto possibilita e facilita o desenvolvimento cognitivo dessas crianças. É fundamental que elas tenham contato com Surdos adultos usuários da Língua de Sinais o mais cedo possível para que possam adquirir essa língua naturalmente, possam adquirir a sua identidade Surda, sem bloqueios de comunicação e sem atrasos em seu desenvolvimento cognitivo e linguístico.

Cabe, portanto, a cada família optar filosofia educacional mais condizente para o desenvolvimento de seu filho.

3.4. De linguagem a língua natural

Analisando a produção cinematográfica “Johnny vai à guerra”, podemos perceber a capacidade do ser humano de estabelecer diferentes formas de comunicação, adequadas as capacidades dos indivíduos comunicantes.

Joe Bonham é um recruta servindo na Primeira Guerra Mundial. Um dia, acorda em uma cama de hospital e percebe que perdeu sua mobilidade e sentidos — braços, pés, olhos, nariz, orelhas, língua, maxilares e toda a face perderam suas funções —, mas continua lúcido. deprimido, tenta matar-se por sufocamento, mas uma traqueostomia o impediu. Tenta comunicar-se com os médicos batendo a cabeça em código Morse na estrutura da cama, e pede para ser posto em uma cuba de vidro para viajar pelo país e mostrar à população o horror verdadeiro da guerra. Deseja morrer, mas esse pedido nunca é atendido. (WIKIPEDIA, 2012)

É assim que a personagem principal, privada além da audição da capacidade de comunicação oral, reinventa o Código Morse, ao utilizá-lo como modelo comunicativo, a enfermeira faz o mesmo, quando une a escrita ao tato, ao escrever palavras no tórax de Johnny.

A mesma capacidade humana poetizada na obra levou os seres humanos a estabelecerem há quatro séculos, as bases do que atualmente denominamos Línguas de Sinais, ou seja, a partir da percepção da impossibilidade de manter comunicação pelas popularmente denominadas “vias naturais” utilizando a fala e a audição, a humanidade estabeleceu novas formas comunicativas, estruturadas não apenas no uso de sinais, mas também utilizando as expressões faciais.

Não se sabe ao certo quando a comunicação dos indivíduos surdos começou a se estabelecer enquanto linguagem de sinais, a falta de informação se deve ao fato de os primeiros usuários desta modalidade comunicativa não terem acesso a escrita e, portanto estarem impossibilitados de manter seus registros históricos, no entanto “podemos dizer que o que é *universal* é o impulso para a comunicação e no caso dos surdos este impulso é sinalizado” (GESSER, 2009, p. 12).

Podemos afirmar que remotamente as linguagens de sinais eram vistas como uma forma adaptativa da mímica ou pantomima, somente com o advento das ciências da Comunicação e principalmente da Linguística foi que as até então denominadas *Linguagens de Sinais* alcançaram o patamar de *Língua de Sinais*.

Segundo os referenciais teóricos consultados durante a presente pesquisa “a palavra Linguística é atestada pela primeira vez em 1833, mas o termo *linguista* já se encontra em 1816 em Raynouard, em *Choix des poésies des troubadours tomo I, p.1*” (KRISTEVA, 1969, p.14), *deste modo podemos dizer que tal ciência que tem por objeto o estudo da língua é relativamente nova em comparação com o estabelecimento da linguagem, e, portanto, da língua pela humanidade.*

Ao utilizarmos no parágrafo anterior os termos língua e linguagem de modo conjunto não o fizemos aleatoriamente, pois língua é “uma cadeia de sons articulados, mas também uma rede de marcas escritas (uma escrita), ou um jogo de gestos (uma gestualidade).” (KRISTEVA, 1969, p.16).

Utilizando-se da mesma autora, linguagem é todo ato comunicativo que através da fala, da escrita ou dos gestos exprime o pensamento, ou seja, ela é todo ato social proveniente da língua que tem por objetivo comunicar, já a língua é:

“a parte “social da linguagem”, exterior ao indivíduo; não pode ser modificada pelo indivíduo falante e parece obedecer às leis do contrato social que é reconhecido por todos os membros da comunidade” (KRISTEVA, 1969, p.18).

Muito embora a Linguística esteja completando dois séculos às línguas de sinais só foram assim reconhecidas na década de 60 do século anterior, ou seja, há aproximadamente 50 anos, quando linguistas americanos iniciaram suas pesquisas acerca da ASL ou *American Sign Langage* (Língua Americana de Sinais) a partir de tais estudos foram estabelecidas as diferenças e semelhanças entre o Inglês e a

ASL, tais estudos foram ainda o primeiro passo para o estabelecimento do status de *língua* não só a Libras como a tantas outras línguas de sinais de diferentes países.

Antes do advento dos estudos linguísticos, as linguagens de sinais eram confundidas com a pantomima ou mímica, infelizmente na atualidade tal confusão ainda acontece entre ouvintes com pouco ou nenhum contato com a Libras conforme alertam os diversos autores consultados durante as nossas pesquisas bibliográficas, de modo que, apesar do status de língua garantido não apenas pelos estudos linguísticos, bem como legalmente, a grande parcela de ouvintes da sociedade ainda tem pouca ou nenhuma informação acerca da Libras.

Inicialmente a comunicação viso-motora- definição adequada das Línguas de Sinais- era tida como mímica, ou pantomima. Etimologicamente, o termo mímica, origina-se do termo grego *mimique*, que define a arte de imitar, no teatro, a os gestos e ações daqueles que representam (HOUAISS, 2001, p.1925), sendo a pantomima seu termo romano correlato usado para designar a apresentação teatral caracterizada somente pela utilização de gestos e expressões faciais (HOUAISS, 2002, p.2119), deste modo podemos afirmar que remotamente as linguagens de sinais eram vistas como uma forma adaptativa da mímica ou pantomima.

Para diferenciar as Línguas de Sinais da mímica ou pantomima os linguistas Klima e Bellugi (1979) - pesquisadores americanos precursores de estudos da ASL- conduziram um estudo a partir da observação de narrativas que necessitariam de pantomimas durante a contação da história. O estudo demonstrou que embora os usuários da ASL utilizassem a pantomima em alguns momentos, e cada sinal tivesse um jeito, durante a contação e mesmo em situações de reconto os sinais continuavam iguais e, portanto, icônicos. Posteriormente os pesquisadores buscaram estabelecer um critério específico para distinguir a ASL da pantomima, neste estudo utilizaram dez indivíduos não sinalizadores para demonstrar em gestos dez palavras da língua inglesa, e constataram que:

*”as pantomimas observadas tinham muitas possibilidades, variando de um indivíduo para o outro: enquanto que na língua americana de sinais permanecia apenas uma variedade, ou seja, a variedade legitimada e convencionalizada pelo grupo de usuários estudados. Outra diferença é que as pantomimas ou mímicas- uma vez que tentavam representar o objeto tal como existe na realidade- eram muito mais detalhadas comparadas aos sinais americanos, levando muito mais tempo para sua realização. A pantomima quer fazer com que você veja o **objeto**, enquanto o sinal quer*

*que você veja o **símbolo** convencionado para este objeto.” (GESSER, 2009, p.21).*

As primeiras pesquisas linguísticas acerca das línguas de sinais, mais especificamente da ASL, foram realizadas por Willian Stokoe (1960), com o objetivo de demonstrar que os sinais eram mais do que gestos aos quais faltava uma estrutura interna, podendo os mesmos ser descritos em termos de um conjunto limitado de elementos formacionais que se combinava para formar os sinais, o estudo mostrou ainda que:

“A análise das propriedades formais da língua de sinais americana revelou que ela apresenta organização formal nos mesmos níveis encontrados nas línguas faladas, incluindo um nível sublexical de estruturação interna do sinal (análoga ao nível fonológico das línguas orais) e um nível gramatical, que especifica os modos como os sinais devem ser combinados para formarem frases e orações” (KLIMA e BELLUGI apud PEREIRA, 2011, p.17).

Para maior compreensão da organização das propriedades observadas na ASL e nas demais línguas de sinais é lícito ressaltar os principais traços inicialmente percebidos nas línguas faladas, que as caracterizam enquanto língua:

Flexibilidade e versatilidade- A língua pode ser utilizada para dar vazão as emoções e sentimentos, para fazer solicitações, ameaçar ou prometer, ela pode ainda fazer referência ao passado presente ou futuro e até mesmo a coisas que não existem, ou seja, “Nenhum outro sistema de comunicação parece ter, sequer de longe, o mesmo grau de flexibilidade e versatilidade. “(QUADROS e KARNOPP, 2009, p.26)”.

Arbitrariedade- O caso mais óbvio de arbitrariedade refere-se a relação entre a forma e o significado. Tanto as palavras quanto os sinais apresentam uma conexão arbitrária entre a forma e o significado, já que, dada a forma é impossível prever o significado, e dado o significado é impossível prever a forma. Não há, por exemplo, uma conexão intrínseca entre a palavra ‘pão’ e o alimento que ela simboliza. A arbitrariedade, em relação á língua, não se restringe à ligação entre a forma e o significado:

“aplica-se também, consideravelmente, a grande parte da estrutura gramatical das línguas, na medida em que estas diferem gramaticalmente uma das outras. Se assim não fosse, seria muito mais fácil aprender uma língua estrangeira do que realmente é. Na opinião de Chomsky os seres humanos são geneticamente dotados de conhecimento dos princípios

gerais ditos arbitrários, que determinam a estrutura gramatical de todas as línguas.” (QUADROS e KARNOPP, 2009, p.27).

Descontinuidade- É a oposição á variação contínua. As palavras que diferem minimamente na forma, em geral, apresentam uma diferença considerável no significado. Por exemplo, as palavras “fato” “e ‘pato” diferem minimamente na forma tanto na língua oral quanto na língua escrita. Esta característica tem por efeito demonstrar o caráter descontínuo da diferença formal entre a forma e o significado, no entanto: ”na maioria dos contextos, a ocorrência de uma forma será muito mais provável do que a ocorrência de outra, o que reduz a possibilidade de engano quando as condições para transmissão ou recepção são deficitárias.” (QUADROS e KARNOPP, 2009, P.27)

Criatividade/produtividade- É a propriedade que possibilita a construção e interpretação de novos enunciados. Os usuários de todos os sistemas linguísticos possibilitam a seus usuários construir e compreender um número indefinido de enunciados que jamais viram ou ouviram antes, convém ressaltar que:

“O que é impressionante na produtividade das línguas naturais, na medida em que é manifesta na estrutura gramatical, é a extrema complexidade e heterogeneidade dos princípios que as mantêm e constituem. Chomsky coloca esta complexidade e heterogeneidade, entretanto, é regida por regras, dentro dos limites estabelecidos pelas regras da gramática, que são em parte universais e em partes específicos de determinadas línguas os falantes nativos de uma língua tem a liberdade de agir criativamente construindo um número infinito de enunciados” (QUADROS e KARNOPP, 2009, p.28).

Dupla articulação- As línguas humanas têm uma variedade de unidades ou fonemas que são semelhantes, por volta de trinta ou quarenta, porém cada fonema de modo isolado é sem significado normalmente. Os fonemas adquirem significado, apenas quanto combinados com outros fonemas, isto é, sons tais como *p, v, c, a*, o nada significam separadamente, no entanto quando combinados formam as palavras *pão, vão, cão*. “Esta organização da língua em duas camadas- a camada dos sons que se combinam em uma segunda camada de unidades maiores- é conhecida como dualidade ou dupla articulação. (QUADROS e KARNOPP, 2009, p.28).

Padrão- Toda língua humana apresenta um padrão de organização dos elementos. Na Língua Portuguesa tomando-se como exemplo os sons a, b, s, l, estes sons podem ser arranjados da seguinte forma: *blas* (por exemplo, em blasfêmia), os demais arranjos tais como *slab*, *blsa*, *albs*, e *ibsa* são excluídas, não porque tais sequências são impronunciáveis, mas porque as regras internalizadas pelos falantes da língua portuguesa não permitem estes tipos de combinações, mesmo para criação de novas palavras. De modo semelhante, considerando-se as palavras *rapaz*, *rapidamente*, *caminhou*, o, há três possíveis combinações: *O rapaz caminhou rapidamente*; *Rapidamente, caminhou o rapaz*; *O rapaz rapidamente caminhou*. As outras combinações são agramaticais. "Em síntese, a língua portuguesa apresenta restrições na maneira em que podem ocorrer juntos e na ordem em que eles aparecem." (QUADROS e KARNOPP, 2009, p.29).

Além disso, há um conjunto fixo de possibilidades para a substituição dos itens. Na palavra *sal*, por exemplo, a vogal *a* poderia ser substituída por *o* ou *u*, mas não por *h* ou *z*, pois resultaria *shl*, *szl*. Na sentença *o rapaz caminhou rapidamente*, a palavra *rapaz* poderia ser substituída por *animal*, *monstro* ou *policia*, mas não por *dentro*, *felizmente* ou *aqui*, pois formariam neste caso sentenças agramaticais, portanto:

"Cada item lexical apresenta um padrão de colocação na combinação ou substituição por outros itens, (...) A língua pode ser então considerada como uma rede de elementos interligados em que cada item é mantido em determinado local conforme a relação com outros itens. Os itens linguísticos adquirem significado como parte de uma ampla rede linguística" (QUADROS e KARNOPP, 2009, P 29).

Dependência- No exemplo abaixo as sentenças possuem uma estrutura básica semelhante que consiste em um sintagma nominal e um sintagma verbal.

O menino Ele O menino doente e machucado	chorou.
--	---------

RONICE, Muller de Quadros. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto

Alegre: Artmed, 2004

Não é praticamente possível para um indivíduo formar sentenças e compreendê-las utilizando meios mecânicos ou artificiais. Outro exemplo é a realização de sentenças no passado (pretérito perfeito) que pode ser construída sem que o indivíduo tenha ouvido ou dito tal sentença antes, de modo que: "Uma língua contém estruturas dependentes que possibilitam um entendimento da estrutura interna de uma sentença, independente do número de elementos linguísticos envolvidos." (QUADROS e KARNOPP, 2009, p.30).

Conforme mencionado anteriormente a concepção amplamente difundida pelos ouvintes é que a comunicação viso-motora era uma linguagem e não uma língua, somente com o advento dos primeiros estudos linguísticos relativos à ASL iniciados na década de 60 por Stokoe, bem como através de estudos posteriores de Klima e Bellugi, a ASL e posteriormente outras línguas de sinais de outros países foram aceitas como línguas.

As características ou elementos formacionais mencionadas no presente capítulo, embora de início fizessem referência as línguas faladas, a partir de tais estudos, foram também reconhecidas nas línguas de sinais, caracterizando, portanto tais línguas como línguas naturais, conforme a definição: "Um conjunto (finito ou infinito) de sentenças, cada uma finita em comprimento e construída a partir de um conjunto finito de elementos." (CHONSKY *apud* QUADROS e KARNOPP, 2009, P.30), portanto nas línguas orais as palavras faladas são os elementos básicos constituintes e nas línguas de sinais tais elementos são as palavras sinalizadas, ambos são os constituintes das frases representadas em ambas às modalidades, em termos de uma sequência. Cabe ainda ressaltar que: "As línguas de sinais são consideradas pela linguística como línguas naturais ou como um sistema linguístico legítimo e não como um problema do surdo ou uma patologia da linguagem" (QUADROS e KARNOPP, 2009, p.30).

Deste modo, após a década de 60 e a partir dos estudos linguistas americanos acerca da ASL as línguas de sinais foram reconhecidas como **línguas naturais**, ou seja, como todas as línguas faladas uma instituição social cujos signos são convencionados.

A partir de tais estudos o interesse e a pesquisa sobre outras línguas de sinais dentre estas a Libras vem crescendo e com estes a legitimação destas modalidades comunicativas.

No Brasil podemos citar além de vasto material bibliográfico as legislações federais que legitimam a Libras.

Assim o Brasil em consonância com o movimento mundial de reconhecimento das Línguas de Sinais, através da lei 10.436 reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras como “meio legal de comunicação e expressão” (Brasil, 2002), definindo-a como “forma padrão de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos oriundos de comunidades de pessoas surdas no Brasil” (BRASIL, 2002).

A referida Lei determina ainda que a “Libras não poderá substituir a modalidade escrita da Língua Portuguesa” (BRASIL, 2002), tornando clara a proposta bilíngue para a comunicação de surdos brasileiros, e concomitantemente atendendo ao que preconiza a Constituição Federal ao estabelecer a Língua Portuguesa como **idioma oficial** do povo brasileiro, e **segunda língua** para comunidades indígenas e quilombolas. Através da lei 10.436 a Libras também pode ser compreendida como primeira língua da comunidade **surda brasileira** e a língua portuguesa como **segunda língua**.

3.5. Principais características da Libras

3.5.1 Aspectos fonológicos

As pesquisas iniciadas por Stokoe em 1960 comprovaram que as línguas de sinais atendiam a todos os critérios linguísticos de uma língua genuína, no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentenças. O linguista observou que os sinais não eram imagens, mas signos com uma complexa estrutura interior. Foi, portanto o pioneiro, a procurar uma estrutura, analisar os sinais, dissecá-los e a pesquisar suas partes constituintes.

Inicialmente, comprovou que cada sinal apresentava pelo menos três partes independentes (em analogia com os fonemas da fala): a localização, a configuração de mãos e o movimento e que cada parte possuía um número limitado de combinações.

Os estudos citados deram início a fonologia das línguas de sinais atualmente embora exista diferenças entre as línguas orais e sinalizadas, o termo fonologia é utilizado para abarcar a produção linguística também visual espacial, de acordo com afirmação:

”O argumento para a utilização deste termo é o de que as línguas de sinais são línguas naturais que compartilham princípios linguísticos subjacentes com as línguas orais, apesar das diferenças de superfície entre fala e sinal” (KLIMA e BELUGGI apud QUADROS e KARNOPP, 2009, P.48).

Ainda de acordo com as pesquisas a língua de sinais, um considerável número delas, demonstrou que os mesmos princípios subjacentes as línguas faladas existem nas línguas sinalizadas, no sentido de que têm um léxico, isto é, um conjunto de símbolos convencionais, e uma gramática, isto é, um conjunto de regras que regem estes símbolos.

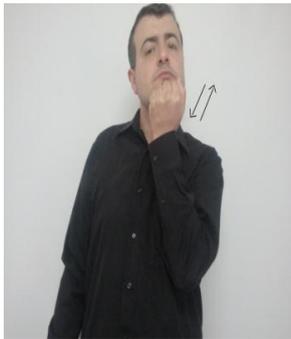
A ideia inicial de que a configuração de mão (CM), a locação de mão (LM) e o movimento (M), são unidades mínimas (fonemas) que constituem morfemas nas línguas de sinais, de forma análoga aos fonemas que constituem os morfemas nas línguas orais, começou a prevalecer. No entanto a principal diferença estabelecida entre as línguas orais e línguas de sinais foi a presença da ordem linear (sequência horizontal no tempo) entre os fonemas das línguas orais e sua ausência nas línguas de sinais, cujos fonemas são articulados simultaneamente.

Os articuladores primários das línguas de sinais são as mãos, que se movimentam no espaço em frente ao corpo e articulam sinais em determinadas locações nesse espaço. Um sinal tanto pode ser articulado com um ou ambas as mãos, assim o uso de uma das mãos não é distintivo, sinais articulados com uma das mãos são produzidos pela mão dominante.

Na combinação destes quatro parâmetros, ou cinco, tem-se o sinal. Falar com as mãos é, portanto, combinar estes elementos que formam as palavras e estas formam as frases em um contexto.

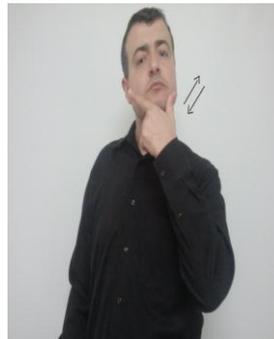
Uma das tarefas do investigador de uma determinada língua de sinais é identificar as configurações de mão, as locações e os movimentos que têm um carácter distintivo, isso pode ser feito comparando-se pares de sinais que contrastam minimamente. Na figura que segue, o valor contrastivo dos parâmetros fonológicos é ilustrado, pode-se observar que o contraste de apenas um dos parâmetros altera o significado dos sinais.

Sinais que se opõem quanto à configuração de mão:



Pedra

Fig.1 – elaborado pelo autor



Queijo

Sinais que se opõem quanto ao movimento:



Trabalhar

Fig.2 – elaborado pelo autor



Vídeo

Sinais que se opõem quanto à locação:



Sábado

Fig. 3 – elaborado pelo autor



Aprender

A estrutura das línguas de sinais quanto ao aspecto fonético demonstra que:

“O fato das línguas de sinais mostrarem unidade dual (isto é unidades com significado (morfemas) e unidades sem significado (fonemas)), apesar de o conjunto de articulações ser completamente diferente daquele das línguas orais, atesta a abstração e a universalidade das estruturas fonológicas nas línguas humanas” (QUADROS e KARNOPP, 2009, P. 53).

Portanto, na Libras os sinais são basicamente produzidos pelas mãos, embora os movimentos do corpo e da face também desempenhem funções.

De acordo com Ferreira (2010) o sinal é formado a partir da combinação do movimento das mãos com um determinado formato em um determinado lugar, podendo este lugar ser uma parte do corpo ou um espaço em frente ao corpo. Estas articulações das mãos, que podem ser comparadas aos fonemas e às vezes aos morfemas, são chamadas de parâmetros, portanto, nas línguas de sinais podem ser encontrados os seguintes parâmetros:

Configuração das mãos:

São formas das mãos, que podem ser da datilologia (alfabeto manual):

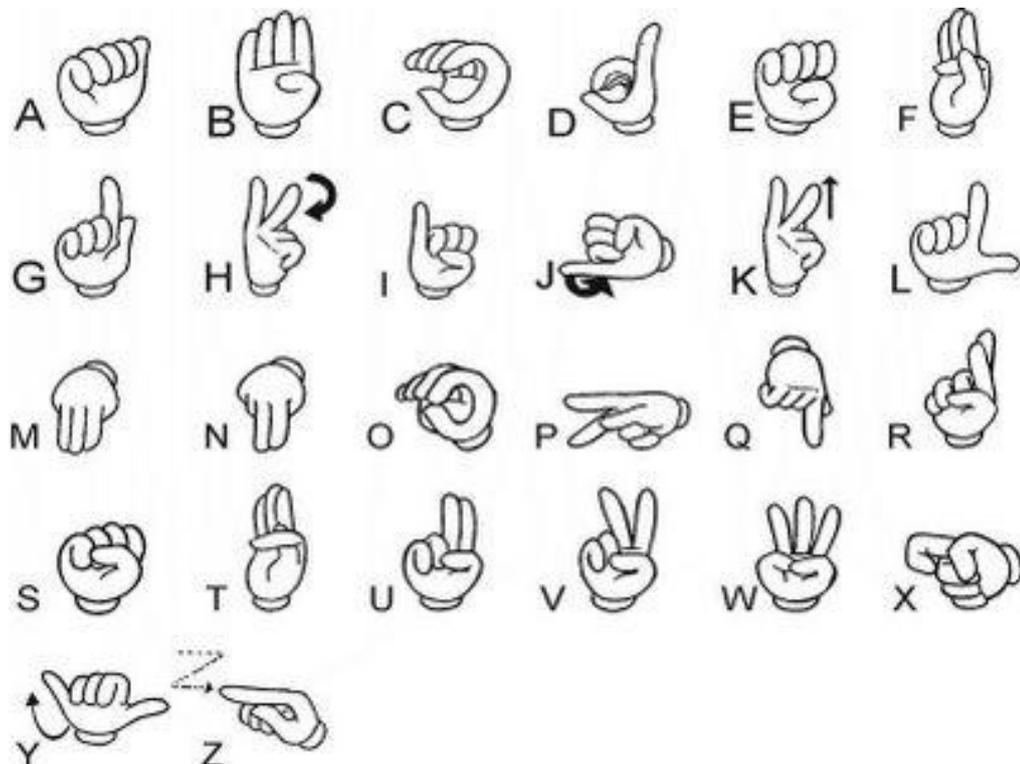


Fig. 4 – elaborado pelo autor

Ou outras formas feitas pela mão predominante (mão direita para os destros), ou pelas duas mãos do emissor ou sinalizador. Abaixo podemos perceber que ao todo são 62 configurações diferentes já somadas as letras do alfabeto manual



Fig. 5 - As 62 CMs da Língua de Sinais Brasileira (QUADROS e KARNOPP apud FERREIRA- BRITO e LANGEVIN,2009, p.53)

Os sinais SÁBADO, APRENDER e LARANJA têm a mesma configuração demão:



Fig. 6. – elaborado pelo autor

Movimento (M):

Os sinais podem ter um movimento ou não. Os sinais TRABALHAR E EVITAR citados abaixo tem movimento:



Fig.7 – elaborado pelo autor

Os sinais PENSAR e EM-PÉ, não tem movimento:



Fig.8. – elaborado pelo autor

Para que haja movimento, é preciso haver objeto e espaço. Nas línguas de sinais, a (s) mão (s) do enunciador representa (m) o objeto, enquanto o espaço em que o movimento se realiza (o espaço de enunciação) é a área em torno do corpo do enunciador, de modo que:

“O movimento é definido como um parâmetro complexo que pode envolver uma vasta rede de formas e direções, desde movimentos internos da mão, os movimentos do pulso e os movimentos direcionais no espaço” (KLIMA e BELLUGI apud QUADROS e KARNOPP, 2009, P.54).

Mudanças de movimentos podem distinguir itens lexicais, como nomes e verbos, podendo ainda estar relacionadas á direcionalidade do verbo.

Na língua de sinais brasileira os movimentos identificados são semelhantes aos da língua de sinais americana. Tais traços referem-se ao tipo, direcionalidade, maneira e frequência do movimento. Deste modo o movimento pode estar nas mãos, pulsos e antebraços; os movimentos direcionais podem ser unidirecionais, bidirecionais ou multidirecionais; a maneira é a categoria que descreve a qualidade a tensão e a velocidade do movimento.

O quadro a seguir mostra as categorias do movimento.

Categorias do parâmetro movimento na língua de sinais brasileira
<p><u>TIPO</u></p> <p>Contorno ou forma geométrica: retilíneo, helicoidal, circular, semicircular, sinuoso, angular, pontual. Interação: alterado, de aproximação, de separação, de inserção, cruzado Contato: de ligação, de agarrar, de deslizamento, de toque, de esfregar, de riscar, de escovar, de pincelar Torcedura de pulso: rotação, com refreamento Dobramento de pulso: para cima, para baixo Interno das mãos: abertura, fechamento, curvamento e dobramento (simultâneo/gradativo)</p>
<p><u>DIRECIONALIDADE</u></p> <p>Direcional -Unidirecional: para cima, para baixo, para a direita, para a esquerda, para dentro, para fora, para o centro, para a lateral inferior esquerda, para a lateral inferior direita, para a lateral superior direita, para a lateral superior esquerda, para específico ponto referencial -Bidirecional: para cima e para baixo, para esquerda e para a direita, para dentro e para fora, para as laterais oposta- superior direita e inferior esquerda</p> <p>Não direcional</p>
<p><u>MANEIRA</u></p> <p>Qualidade, tensão e velocidade -contínuo -de retenção -refreado</p>
<p><u>FREQUÊNCIA</u></p> <p>Repetição -simples -repetido</p>

Ferreira-Brito *apud* Quadros e Karnopp, 2009, p.56.

Ponto de Articulação (Locação):

É o lugar onde incide a mão predominante configurada, podendo esta tocar alguma parte do corpo ou estar em um espaço neutro vertical (do meio do corpo até à cabeça) e horizontal (à frente do emissor). Os sinais TRABALHAR, BRINCAR, CONSERTAR são realizados no espaço neutro, o sinal de AGUA é realizado no queixo, ALEMANHA na testa e PÊNIS na boca:



Fig. 9 – elaborado pelo autor

A locação ou ponto de articulação é um dos é um dos principais aspectos formacionais de várias línguas de sinais, ou seja, locação “é aquela área do corpo, ou no espaço de articulação definido pelo corpo, em que ou perto da qual o sinal é articulado”(KLIMA e BELUGGI apud QUADROS e KARNOPP, 2009, P.57).

Na Libras, o espaço de enunciação é uma área que contém todos os pontos dentro do raio de alcance das mão em que os sinais são articulados.

Espaço de realização dos sinais e as quatro áreas principais de articulação dos sinais



Fig. 10 – elaborado pelo autor, adaptado de RONICE, Muller de Quadros. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004

Dentro do espaço de enunciação pode-se determinar um número finito (limitado) de locações, sendo que algumas delas são mais exatas tais como a ponta do nariz, e outras são mais abrangentes como a frente do tórax, cabe ainda ressaltar que:

“O espaço de enunciação é um espaço ideal, no sentido de que se considera que os interlocutores estejam face a face. Pode haver situações em que o espaço de enunciação seja totalmente reposicionado e/ou reduzido; por exemplo, se um enunciador A faz sinal para B, que está fisicamente distante, o espaço de enunciação será alterado. O importante é que nessas situações, as locações as locações tenham posições relativas aquelas da enunciação ideal.” (QUADROS e KARNOPP, p.57, 2009, p.57).

O quadro a seguir descreve as locações reunidas por um pesquisador norte americano e adaptadas para a língua brasileira de sinais. As locações dividem-se em quatro regiões principais: cabeça, mão, tronco e espaço neutro:

Locações

Cabeça	Tronco
Topo da cabeça Testa Rosto Parte superior do rosto Parte inferior do rosto Orelha Olhos Nariz Boca Bochechas Queixo	Pescoço Ombro Busto Estômago Cintura Braços Braço Antebraço Cotovelo Pulso
Mão	Espaço Neutro
Palma Costas das mãos Lado do indicador Lado do dedo mínimo Dedos Ponta dos dedos Dedo mínimo Anular Dedo médio Indicador Polegar	

Ferreira-Brito *apud* Quadros e Karnopp, p.58, 2009

Orientação de mão (Or)

Os sinais podem ter uma direção e a inversão desta pode significar ideia de oposição, contrário ou concordância número-pessoal.

Inicialmente a orientação de mão não foi considerada como um parâmetro distinto para a ASL, no entanto vários pesquisadores argumentaram em favor da inclusão da tal parâmetro na fonologia das línguas de sinais com base na existência de pares mínimos em sinais que apresentam mudança de significado apenas na produção de distintas orientações da palma da mão. Por definição, “orientação é a direção para a qual a palma da mão aponta na produção do sinal” (FERREIRA-BRITO *apud* QUADROS e KARNOPP, 2009, p.49).

Existem seis tipos de orientações da palma da mão na Libras: para cima, para baixo, para o corpo, para a frente, para a direita ou para a esquerda, conforme as ilustrações a seguir:



PARA CIMA



PARA BAIXO

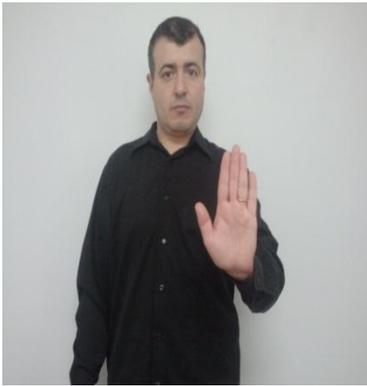


PARA O LADO (IPISILATERAL)

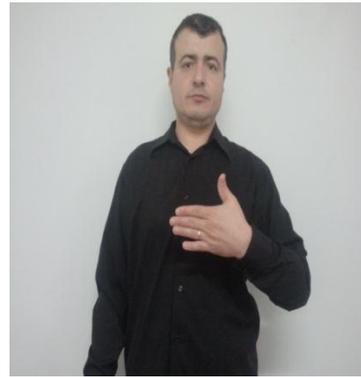


PARA O LADO (CONTRALATERAL)

Fig. 11 – elaborado pelo autor, adaptado de RONICE, Muller de Quadros. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.



PARA FORA



PARA DENTRO

Fig. 12 – elaborado pelo autor, adaptado de RONICE, Muller de Quadros. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Expressões não manuais (ENM)

Muitos sinais, além dos quatro parâmetros mencionados acima, em sua configuração têm como traço diferenciador também a expressão facial e/ou corporal, como os sinais ADMIRAR e BRAVO.



Fig.13 – elaborado pelo autor

Tais expressões (movimento de face, dos olhos, da cabeça ou do tronco) têm dois papéis nas línguas de sinais; marcação de construções sintáticas e diferenciação de itens lexicais. As expressões não manuais que têm função sintática marcam sentenças interrogativas sim-não, interrogativas QU-, orações relativas, topicalizações, concordância e foco. As expressões não manuais que constituem componentes lexicais marcam referência específica, referência pronominal, partícula negativa, verbo, advérbio, grau ou aspecto.

Na Libras as expressões não manuais são encontradas no rosto, na cabeça e no tronco. É necessário ressaltar que duas expressões não manuais podem ocorrer simultaneamente, como por exemplo, as marcas de interrogação e negação.

Expressões não manuais da língua de sinais brasileira
<p>Rosto Parte superior Sobrancelhas franzidas Olhos arregalados Lance de olhos Sobrancelhas levantadas</p> <p>Parte inferior</p> <p>Bochechas infladas Bochechas contraídas Lábios contraídos e projetados e sobrancelhas franzidas Correr a língua contra a parte inferior interna da bochecha Apenas bochecha direita inflada Contração do lábio superior Franzir do nariz</p>
<p>Cabeça Balanceamento para a frente e para trás(sim) Balanceamento para os lados (não) Inclinação para frente Inclinação para o lado Inclinação para trás</p>
<p>Rosto Cabeça projetada para a frente, olhos levemente cerrados, sobrancelhas franzidas Cabeça projetada para trás e olhos arregalados</p>
<p>Tronco Para frente Para trás Balanceamento alternado dos ombros Balanceamento simultâneo dos ombros Balanceamento de um único ombro</p>

Ferreira-Brito apud Quadros e Karnopp, p.61, 2009.

3.5.2 Aspectos morfológicos

Morfologia é o estudo da estrutura interna da palavra ou dos sinais, bem como das regras que determinam a formação das palavras, “a palavra morfema deriva do grego *morphé*, que significa forma. Os morfemas são as unidades mínimas de significado” (QUADROS e KARNOPP, 2009, p.86)

Certos morfemas constituem por si só, palavras, outros nunca formam palavras, apenas constituem parte delas. Deste modo têm-se os morfemas presos que, em geral, são os sufixos e os prefixos, uma vez que não podem ocorrer isoladamente, e os morfemas que constituem palavras. Na medida em que se pode formar palavras a partir de outras palavras, é necessário reconhecer que as palavras podem ser unidades complexas, constituídas de mais de um elemento.

Tal fato não significa que não existam palavras indivisíveis: “no português, substantivos como *boi*, *sal*, *mar* entre outros, são monomorfêmicos, isto é constituídos de apenas um elemento, de um morfema. Mas outras palavras, são constituídas de vários elementos, como no adjetivo *infeliz*, que é constituído de dois elementos o prefixo negativo *in-* e o adjetivo *feliz*,” (QUADROS e KARNOPP, 2009, p.87).

Qualquer utente de uma determinada língua conhece milhares de palavras, da mesma forma todos os utentes de uma determinada língua de sinais conhecem também milhares de sinais, assim sabem de acordo com o seu conhecimento fonológico, se uma cadeia de CM, M e L poderia ser um sinal de sua língua.

Como as palavras em todas as línguas humanas, mas diferentemente dos gestos, os sinais pertencem a categorias lexicais ou a classes de palavras tais como nomes, verbos, advérbios, adjetivos, etc. as línguas de sinais tem um léxico e sistema de criação de novos sinais em que os morfemas são combinados, no entanto, estas diferem das línguas orais no tipo de processos combinatórios que frequentemente cria palavras morfológicamente complexas. Nas línguas orais palavras complexas são geralmente, formadas pela adição de um prefixo e um sufixo a uma raiz, já nas línguas de sinais, tais formas são frequentemente o resultado de processos não-concatenativos, nos quais a raiz é enriquecida com vários movimentos e contornos no espaço de sinalização.

3.5.3 Aspectos lexicais

Na Libras a estrutura dos sinais é bastante complexa, possuindo algumas propriedades presentes nas línguas de sinais, não encontrados nas línguas orais. De acordo com a figura abaixo a composição do léxico se dá seguinte forma:

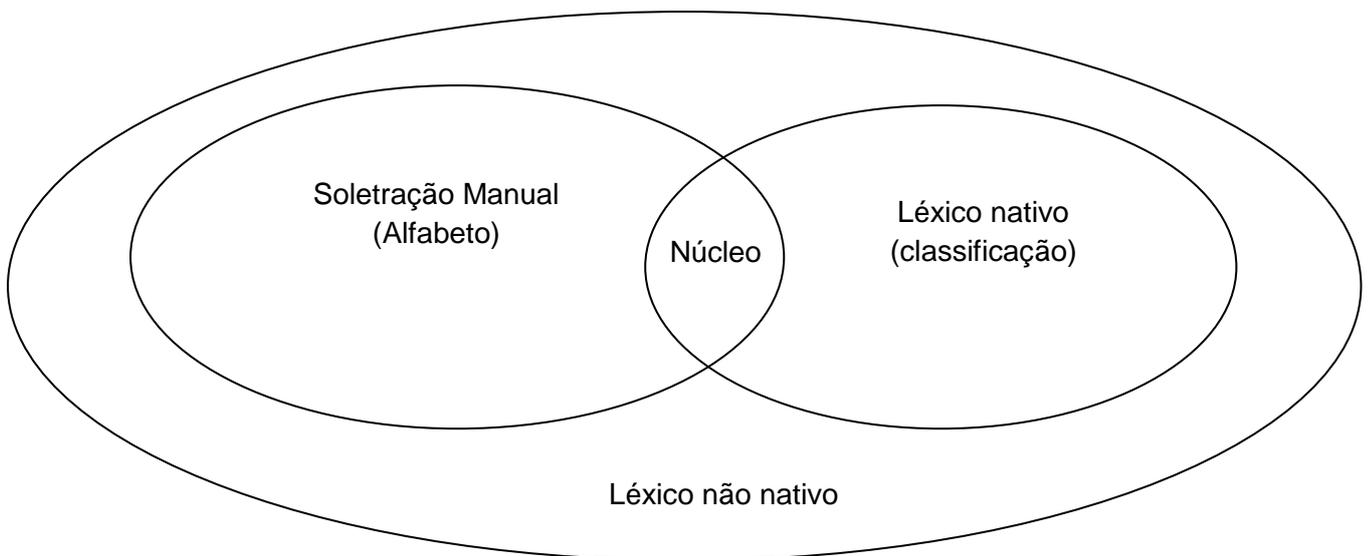


Fig. 14 - RONICE, Muller de Quadros. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Observa-se que o léxico não nativo contém palavras em português que são soletradas manualmente, tais palavras podem ser consideradas na periferia do léxico das línguas de sinais brasileira. O alfabeto soletrado manualmente na Libras, assim como na ASL, é o conjunto de configurações de mão que representa o alfabeto da língua portuguesa.

Assim palavras técnicas, por exemplo, que não possuem sinal equivalente, é soletrado, de modo que:

“Soletração manual não é uma representação direta do português envolvendo uma sequência de configurações de mão que tem correspondência com a sequência letras escrita do português.” (QUADROS e KARNOPP, 2009, p.88).

Além das palavras técnicas, alguns sinais são derivados da soletração manual, e, outros tantos sinais incorporaram vocábulos de outras línguas, assim como a língua portuguesa fez os mesmos “empréstimos”.

3.5.4 Aspectos sintáticos

Embora organizada espacialmente, a Libras é tão complexa quanto às línguas orais auditivas. No entanto, dada a sua característica - ser visoespacial e não oral auditiva- os estudiosos desta modalidade comunicativa necessitam “enxergar” tal organização, já que: “a organização espacial desta língua (...) apresenta possibilidades de estabelecimento de relações gramaticais no espaço, através de diferentes formas” (QUADROS e KARNOPP, 2009, p.126).

Nas relações sintáticas organizadas espacialmente, o estabelecimento nominal e pronominal são fundamentais para o estabelecimento de tais relações. Qualquer referência usada no discurso requer o estabelecimento de um espaço de sinalização (geralmente o espaço definido na frente do sinalizador) tal espaço pode ser referido através de vários mecanismos espaciais, conforme os que seguem:

- a) Fazer o sinal em um local particular (se a forma do sinal permitir como por exemplo, o sinal de CASA pode acompanhar o local estabelecido para o referente);
- b) Direcionar a cabeça e os olhos (e talvez o corpo) em direção em particular simultaneamente com o sinal de um substantivo ou com a apontação para o substantivo;
- c) Usar a apontação ostensiva antes do sinal de um referente específico (por exemplo, apontar para determinado ponto, associando esta apontação com o sinal CASA, assim o referido ponto passa a determinar CASA);
- d) Usar um pronome (a apontação ostensiva) numa localização particular quando a referência for óbvia;
- e) Usar um *classificador* (que representa aquele referente) em uma localização particular;
- f) Usar um verbo *direcional* (com concordância) incorporando os referentes previamente introduzidos no espaço.

Os verbos direcionais podem também ser chamados verbos de concordância. Na Libras tais verbos têm de concordar com o sujeito e/ou com o objeto indireto/direto da frase. De modo geral há uma relação entre os pontos estabelecidos no espaço e os argumentos que estão incorporados no verbo. A

direção do olhar também acompanha o movimento, tal flexão é própria das línguas de sinais e aparece com essa classe de verbos.

Na Libras, os sinalizadores estabelecem os referentes associados a localização no espaço, sendo que estes referentes podem estar fisicamente presentes ou não. Após serem introduzidos no espaço, os pontos específicos podem ser referidos posteriormente no discurso, quando os referentes estão presentes, os pontos no espaço são estabelecidos com base na posição real ocupada pelo referente. O sinalizador pode, por exemplo, apontar para si indicando a primeira pessoa, para o interlocutor indicando a segunda pessoa e para os outros indicando a terceira pessoa, quando os referentes estão ausentes em uma situação de enunciação, são estabelecidos pontos abstratos no espaço.

E ainda, os sinais manuais são frequentemente, acompanhados de expressões faciais que podem ser consideradas gramaticais, “tais expressões podem ser chamadas não manuais” (QUADROS e KARNOPP, 2009, p.131), pois raramente a face de um sinalizador é neutra ou descontraída e a sinalização também é acompanhada pela posição da cabeça *não neutra*, por *movimentos da cabeça e movimentos do corpo*.

Toda língua seja ela oral auditiva ou espaço visual possui uma estrutura frasal, existem seis estruturas frasais possíveis de sujeito (S), objeto (O) e verbo (V), sendo que algumas delas são mais comuns que outras. Embora em todas as línguas seja comum a variação na ordem das palavras, cada língua elege determinada ordem de palavras como dominante. A ordem dominante sempre será SOV, SVO ou VSO. As línguas com estrutura VO terão o objeto com a preposição depois deste, enquanto línguas OV terão uma ordem oposta, ou seja, primeiro o objeto, e depois, a preposição.

A ordem básica na Libras é SVO, já as ordenações OSV, SOV e VOS são ordenações derivadas de SVO, de modo que, as mudanças de ordens resultam de operações sintáticas específicas associadas a algum tipo de marca, como a concordância e as marcas não manuais, como demonstra a tabela a seguir:

ORDEM	SIM	COM RESTRIÇÕES
SVO	X	
OSV		X
SOV		X
VOS		X

RONICE, Muller de Quadros. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Assim, compreender a gramática de uma língua é apreender as regras de formação e de combinação dos elementos desta língua. A Libras a partir de seu reconhecimento enquanto língua pôde ser percebida a partir de algumas classes gramaticais. Os estudos, realizados por inúmeros autores já em andamento entre eles RONICE (2007) linguista e tradutora-intérprete da Língua de Sinais Brasileira, estão sendo aprofundados nos pontos apresentados neste capítulo buscando uma compreensão mais minuciosa desta que é considerada a língua materna da comunidade surda.

4. FAMÍLIA: A HUMANIDADE (CON) VIVE EM GRUPOS

4.1. Um breve histórico

Etimologicamente o conceito de família é originário do termo latino “*famulus*”. O termo tem sua origem na Idade clássica de Roma, sendo usado para designar um novo grupo social surgido entre as tribos latinas após o advento da agricultura e da legalização da escravidão.

Inicialmente, na Antiguidade, a organização familiar era patriarcal, onde vários indivíduos aparentados entre si organizavam-se sob a responsabilidade de apenas um indivíduo: o patriarca.

Durante a Idade Média, sob o auspício da Igreja, o casamento originou uma nova organização familiar.

Com a Revolução Francesa surgiram os casamentos laicos e, durante a Revolução Industrial cresceu a migração das famílias para os centros industriais a procura de melhores condições de vida. Tais mudanças demográficas originaram um estreitamento dos laços familiares e as famílias tornaram-se menores, em um cenário semelhante aquele da atualidade. (MOREIRA, 2001 *apud* Wikipédia, 2012).

Segundo o Dicionário Houaiss “a família é grupo de pessoas vivendo sob o mesmo teto: grupo de pessoas que tem ancestralidade comum; grupo de pessoas ligadas entre si pelo casamento e pela filiação, ou excepcionalmente pela adoção.” (HOUAISS, 2001, p. 1304)

Já no Dicionário Enciclopédico Trilíngue - único dicionário de Libras- família é: “célula social matriz elementar composta por esposos e filhos. Conjunto de pessoas unidas por laços de parentesco e que vivem ou não na mesma casa. Conjunto de ascendentes, descendentes e colaterais de uma linhagem” (CAPOVILA, RAFAEL, 2008, p.647), cabe ressaltar que, ambas as obras, conceituam o termo de modo semelhante.

Tais conceitos são corroborados por várias leis vigentes no Brasil, como o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA que nos seus artigos 19, 22 e 25 designa

família como comunidade formada por pais ou qualquer um deles e seus descendentes, preconizando a vivência familiar e comunitária, salientando a responsabilidade dos pais em relação à guarda, sustento e educação dos filhos.

Desta forma, embora a família no decurso histórico tenha sofrido diversas modificações continua a ser grupo social fundamental para a sociedade, a família do ponto de vista cultural é tida como organismo ético, moral, religioso e social mais importante do segmento humano, por isso, é alvo de reflexão mundial (WAMMES, 2007, p19).

4.2. A responsabilidade da família na educação das crianças

O Estatuto da criança e do Adolescente – ECA em suas Disposições Gerais no seu artigo 3º afirma que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos inerentes a pessoa humana, sem prejuízo de proteção integral de que trata esta Lei, assegurando se-lhes, por lei, ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (BRASIL, 2009).

Muito embora no trecho citado, não exista referência a qualquer grupo ou segmento social, é inegável que ao analisá-lo, a família seja o foco primeiro de responsabilidade para com o desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes.

Ainda nas Disposições Gerais, o ECA torna-se mais enfático em seu 4º artigo quando afirma:

*É dever da **família**, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e de dignidade (Brasil, 2012, grifo nosso).*

Não é de forma casual que o artigo inicia-se pela família, e, em seu término, volta a priorizar o convívio familiar, de modo a salientar que a família é prioritariamente o alicerce a partir do qual crianças e adolescentes desenvolvem-se.

Deste modo, fica explícita a importância da família no desenvolvimento de crianças e adolescentes, pois ela é núcleo fundamental, no qual irão se estabelecer relações sociais das quais dependerão as relações interpessoais de seus

integrantes, é a partir dela que todo indivíduo estabelece as referências, através das quais irá construir suas relações sociais futuras, como expressa a Constituição Federal em seu artigo 226: "a família base da sociedade tem especial proteção do Estado" (Brasil, 2012). Este artigo traduz a Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu artigo 16, inciso II onde "a família é tida como núcleo natural e fundamental da sociedade, gozando de direito a proteção da sociedade e do Estado" (ONU, 1947).

Conforme já dito anteriormente, cabe à família, a responsabilidade pela socialização da criança através de atividades que contribuem para seu desenvolvimento moral e cognitivo; os cuidados tanto físicos quanto emocionais, que garantem o desenvolvimento saudável; o suporte material, que garante condições adequadas de manutenção ou obtenção de recursos e serviços necessários a família; a manutenção doméstica, que garante o prazer e o conforto dos seus membros; a manutenção das relações familiares, que garante o contato com parentes e implica no apoio entre os membros durante situações de crise. A família é responsável ainda pelo desenvolvimento dos primeiros conceitos –e relacionamentos deles decorrentes- dos gêneros, e, do apoio emocional durante os problemas familiares (WIKIPÉDIA, 2012).

Através da convivência familiar são estabelecidas as relações entre o sujeito e a coletividade, bem como é ela geradora de modalidades comunitárias de vida, no entanto, vale ressaltar "que ela se caracteriza por um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente também, por desigualdades, além de que, nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social" (WAMMES, 2007, p.21).

Quanto ao aspecto *contraditório*, anteriormente citado, tal contradição refere-se ao caráter dialético que a família- como todo grupo social – possui, ou seja, a família modifica suas funções e papéis ao longo do tempo, adequando-se a sociedade e a cultura onde se insere, ganhando assim novos contornos, formas de união, responsabilidades...

Analisando novamente a obra cinematográfica "Johnny vai à guerra" (EUA, 1979), a importância da família em relação ao desenvolvimento da aprendizagem

também se evidencia- em relação à obra no tocante ao desenvolvimento de novas modalidades de comunicação especificamente:

A personagem ao perceber-se impossibilitada de estabelecer comunicação através da fala entra em desespero sendo então, sedado por uma enfermeira. Durante o sonho, a personagem redescobre o Código Morse, único meio de comunicação ainda utilizável, dada a sua condição física. Em meio ao desespero causado pela percepção de suas condições, o ex-soldado não consegue encontrar de forma consciente a resposta que almeja, porém, durante o sono, seu pai lhe dá a resposta, ou seja, o inconsciente usa a figura paterna para alcançar o consciente do rapaz, a utilização da figura paterna não é arbitrária: Johnny somente procuraria usar o Código Morse em sua próxima vigília, se a sugestão partisse de alguém que lhe remetesse confiança e segurança, alguém com quem estivesse habituado a aprender, é essa a imagem que todo indivíduo deve ter de seus pais. (WIKIPÉDIA, 2012).

4.3. Da ansiedade da confirmação: do diagnóstico à aceitação.

Segundo Bee (1984), embora cada indivíduo seja único, parece haver um padrão global para as reações dos pais após receberem a notícia de que seu filho é deficiente. Os pais esperam ganhar um bebê perfeito, mas eles se adaptam sem dificuldades a algumas diferenças. Por exemplo, se chega um menino quando era desejada uma menina, o desapontamento é logo superado. Mas quando a discrepância é muito grande, o trauma tem uma duração mais prolongada. Numa situação como essa, os casais têm de reconstruir todas as suas vidas, assim como o seu bebê, com base em informações totalmente inesperadas. A seguir veremos as fases que os pais passam ao receber o diagnóstico. Inicialmente, ocorre o **choque**.

A maioria dos pais descreve uma sensação de dormência quando é confrontada com a notícia pela primeira vez. Vivenciam uma sensação de perda - perda do bebê perfeito que esperavam e perda de suas esperanças e sonhos. É um momento de extrema pressão, quando se exige que absorvam e aceitem a realidade da situação e comecem a cuidar do bebê que será parte de sua vida familiar durante o resto de suas vidas.

Ao mesmo tempo, é bastante natural que os pais tenham uma das seguintes fortes emoções: eles podem sentir um desejo grande de proteger o bebê ou podem sentir rejeição e querer “desligar” suas emoções. A comunicação é fundamental. É preciso que haja diálogo com o companheiro ou com uma pessoa mais próxima. É essencial compartilhar emoções.

Em seguida ao choque, é provável que haja um período de **negação**, quando ocorrem a descrença e o questionamento. Muitas vezes, os pais saem em busca de segundas opiniões ou respostas alternativas. Não conseguem acreditar que isso realmente aconteceu e, às vezes, esforçam-se bastante para tentar provar que não aconteceu. Esse também pode ser um período em que ouçam alguns parentes dizendo coisas do tipo: “Bom, isso não pode ter vindo do nosso lado da família”.

Depois, entremeado com os sentimentos de choque e negação, há a **tristeza e a raiva**. É um período de confusão emocional. Os casais podem sentir raiva pela perda de seu filho perfeito, e podem demonstrar agressividade com as pessoas e os profissionais que encontram, principalmente com quem dá a notícia. Pode ser que o período de busca não tenha gerado resultados positivos, mas apenas confirmado o diagnóstico original. Os pais começam a questionar a si mesmos em profundidade e seus pensamentos se tornam confusos. Outros, por uma ou outra razão, culpam a si mesmos.

Eles podem ter pouca confiança em sua própria capacidade de criar seu filho. Às vezes, a mãe tem um sentimento de culpa, porque sente que pode ter se cuidado mal durante a gravidez, ou percebe o fato como algum tipo de punição por coisas que ela fez no passado. Esses sentimentos não são incomuns e é importante que os casais os compartilhem um com o outro ou com a família ou os amigos. Todos precisaram de alguém em quem encostar vez ou outra, e ninguém pode enfrentar isso absolutamente sozinho.

Com o tempo, ocorre um **equilíbrio**, quando a intensidade do sentimento diminui. Parece um pouco como à calma depois da tempestade. Os pais têm pouquíssima tolerância à frustração e estão vulneráveis. Qualquer estresse adicional, como uma complicação na doença do bebê, pode remetê-los aos sentimentos de choque que vivenciaram no início. O equilíbrio é um momento em que os pais, na realidade, estão recompondo seu estoque de reservas emocionais, o que lhes permite chegar finalmente à etapa de reorganização.

Antes de chegar a etapa da **reorganização**, pode ser que tenham se passado meses ou até anos, de acordo com a situação individual de cada um. Os pais desenvolvem alguma confiança na sua própria capacidade de cuidar de seu filho e melhorar a sua auto-estima. Agora não estão apenas na posição de conseguir

atender às necessidades do filho, mas também têm experiência e conhecimentos para ser uma fonte de ajuda para outras pessoas.

É importante reconhecer que passar pelas etapas não é o final da história, ao passar do tempo, novas e diferentes situações se apresentarão aos pais, cada uma das quais possivelmente os fará passar mais uma vez pela sequência de sentimentos descrita. Por exemplo, passar pela situação de ver o filho rotulado formalmente como portador de necessidades educacionais especiais, ajudá-lo a passar pela adolescência, sair da escola, considerar o que vai acontecer com ele quando os pais já não estiverem presentes para cuidar dele.

No entanto, cada obstáculo que os pais superarem os preparará melhor para o seguinte e eles ganharão mais experiência, mais conhecimentos e farão contatos e amizades que os auxiliarão na sua trajetória.

Os profissionais, principalmente os da saúde, tratam a criança surda como a um doente que deve ser curado. E os pais começam a longa batalha contra a surdez, o que na maioria das vezes é impossível, e só traz mais frustrações. Segundo Dominguez (1996) *apud* Bernardino (2000, p. 37):

A família de uma criança surda enfrenta um mundo desconhecido e diferente que não escolheu e isto pode gerar muita angústia. Em primeiro lugar, porque nossa sociedade é intolerante em extremo à diferença e uma criança surda é uma criança diferente; e em segundo lugar, porque temos muitos anos de tradição concebendo a surdez como uma enfermidade que algum dia a ciência derrotará, em vez de olharmos realisticamente como uma condição irreversível à qual podemos nos adaptar felizmente com uma dose extra de compreensão”.

O diagnóstico inicial é quase sempre traumático para a família e para a criança surda. A não aceitação da surdez leva os pais a uma jornada de confirmações por vários especialistas, isto provoca estresse e ansiedade.

“O anseio frenético com que muitos pais se lançam na busca daquilo que acreditam ser a reabilitação da surdez é exemplo do quanto é preciso sustentar a crença de que a surdez seja algo a ser eliminada, recomposta, suturada, dissimulada. Nesse contexto, a criança desaparece. Não há lugar para um filho! Tudo gira em torno da falta de audição. Há apenas um ouvido a ser consertado! (...) É preciso cautela. Se os pais forem deslocados do lugar de pais e os colocarmos no lugar de reabilitadores em posição de „professores“, estaremos subvertendo a ordem da família. Estaremos tomando para nós as atribuições cujos efeitos são decisivos para a existência da criança. É aos pais que compete a educação da criança. Nossa tarefa se resume em auxiliá-los a serem os pais que eles podem ser”. (FORMIGONI, 2002, p.13-14).

4.4. Perspectivas familiares em relação à criança com surdez.

Segundo Skliar (1997) apud Bernadino (2000), estatísticas internacionais apontam que somente 4% ou 5% das crianças surdas são filhas de pais surdos, tendo, então, um acesso natural a esse bilinguismo, pelo contato com a língua de sinais, sendo esse acesso efetuado através das interações comunicativas com os pais surdos, estando inseridos numa comunidade majoritária que é ouvinte. A maioria das crianças surdas, no entanto - de 95% a 96% -, não tem a mesma possibilidade que as que são filhas de surdos: elas crescem e se desenvolvem dentro de uma família ouvinte, que geralmente desconhece ou rejeita a língua de sinais.

Os dados comparativos entre filhos surdos de pais surdos e filhos surdos de ouvintes sugerem que estes últimos necessitam imperiosamente de um contato prévio e efetivo com os membros reais da comunidade surda; por isso é necessário prever e organizar creches com pessoas surdas, cuja tarefa específica seja, justamente, a de oferecer à criança surda um ambiente apropriado para o estabelecimento dos formatos de interação comunicativos e o consequente desenvolvimento cognitivo e linguístico pleno. Segundo Skliar, (1997) apud Bernardino (2000, p.39):

“Se não se organiza adequadamente o acesso destas crianças à Língua de Sinais, seu contato será tardio e seu uso restringido a práticas comunicativas parciais, com as consequências negativas que isto implica para o desenvolvimento cognitivo, e, sobretudo, para o acesso à informação e ao mundo de trabalho”.

No ambiente familiar, a maioria dos pais ouvintes não conseguem interação comunicativa com o filho surdo pelo desconhecimento que têm da língua de sinais ou ainda pela rejeição a ela, em consequência da falta de informação e do preconceito. Seria suficiente mencionar a história de Sonya Kinney, surda de 15 anos, que venceu uma batalha judicial em Willminton, EUA, com o objetivo de negar a seus pais todo o direito de posse sobre ela, pelo simples motivo de que não quiseram aprender jamais a língua de sinais, isto é, se negaram a comunicar-se com sua filha. Segundo Skliar (1997) apud Bernardino (2000 p.38-39):

“Entretanto, é difícil imaginar que os pais ouvintes que não aceitam as Línguas de Sinais renunciem a toda forma de comunicação com seus filhos surdos. Por isso, apesar do controle de certos profissionais, muitos pais criaram e desenvolveram sistemas de comunicação gestual com seus filhos”.

que, por mais complexos que sejam não conduzem a criança surda a um processo formal de aquisição de informações linguísticas e socioculturais”.

As desvantagens desse atraso na apresentação de uma forma comunicativa interativa provocam estruturas de isolamento psicológico nas crianças surdas, podendo levar a graves conseqüências no seu desenvolvimento. A solução encontra-se no cedo acompanhamento de profissionais qualificados, capacitados a informar corretamente à família, e no contato imediato com membros da Comunidade Surda, como forma de promover o contato do surdo adulto com a criança surda. Isto permitirá o acesso da criança a um processo formal de aquisição de informações linguísticas e socioculturais, só possível com a presença de seus pares.

(...) “Vários surdos disseram que se sentem isolados em casa, que preferem estar na escola, porque lá têm amigos com os quais podem conversar. Em casa, se todos estão assistindo televisão, aparece alguma notícia importante e ele pergunta o que é, lhe respondem: „ espera, depois eu te falo! E depois se esquecem”. Se a família está reunida, conversando, e o surdo pergunta sobre o que estão falando, a resposta é sempre a mesma: „ depois eu te falo “. E isso não acontece apenas com pais e irmãos. Vários casais formados por surdos e ouvintes chegam à separação pelo mesmo motivo”. (BERNARDINO, 2000, p.40).

Nossa sociedade por ser maioria ouvinte, discrimina os surdos e em conseqüência a família também tem preconceito com seu filho surdo, o qual em muitos casos, não se aceita por ser diferente. Segundo Quadros (1997) *apud* Bernardino (2000, p.41):

“Muitas vezes os familiares têm vergonha de usar sinais. A língua de sinais não tem um status de importância na comunidade ouvinte em geral. É difundida a ideia de que são gestos, mímica, sinais icônicos com significado concreto, imediato, que não é uma língua que seja possível abstrair. Quem pensa assim nunca parou para observar a beleza da língua de sinais. Os surdos criam poemas, cenários inteiros com as mãos. Metáforas, hipérboles, ironias... surgem nas piadas que eles amam contar. E suas mãos riscam no ar movimentos que parecem uma dança, num primeiro momento, mas que, associadas às expressões faciais, aos movimentos dos olhos, do corpo, de todo o conjunto de parâmetros envolvidos na comunicação espaço-visual, ganham significados diversos”.

Finalizamos o presente capítulo salientando que a família, cerne da convivência social, responsável pela inserção do indivíduo surdo na sociedade e pela manutenção de seu desenvolvimento, pode, inicialmente se acreditar incapaz quanto as já citadas responsabilidades, tal insegurança é comum, e, segundo

nossas pesquisas um processo natural, momento em que o grupo familiar reorganiza suas perspectivas, reorientando na maioria das vezes a sua própria dinâmica.

Tal processo não deve ser encarado, no entanto de modo negativo, pois é a partir dele que a família se fortalece, fortalecendo posteriormente a criança surda, os grupos sociais dos quais a criança faz parte e, a própria comunidade onde está inserida a família e a criança, ampliando deste modo o círculo de inclusão social desta criança.

Quanto a sonhar – quantos conselhos que os pais recebem visam a chorar à “morte” da criança perfeita! Se os pais das crianças com deficiência devem chorar, também devem chorar os pais das crianças sem deficiências, pois, não há crianças perfeitas. Mudar suas expectativas não significa pôr fim a um sonho – significa apenas que eles sonham sonhos diferentes. [...] Os pais não devem se esquecer de sonhar. (STAINBACK E STAINBACK, 1999, p 417).

4.5. A criança surda e a família na aquisição da Libras

Como já dito anteriormente, a descoberta da surdez é inicialmente uma experiência traumática para os pais, no entanto cabe a eles, a responsabilidade de conduzir a criança surda durante a infância de modo a garantir seu pleno desenvolvimento social, cognitivo e emocional.

Convém ressaltar que, durante nossa pesquisa, pudemos observar que, embora nos últimos anos, o país tenha apresentado variada produção quanto à surdez, infelizmente, o foco da quase totalidade destes trabalhos de pesquisa, seja a aquisição da linguagem pelo indivíduo surdo, bem como, a utilização da Língua Brasileira de Sinais ou Libras.

Cabe ressaltar ainda, que os trabalhos utilizados pelos pesquisadores, durante a construção desta pesquisa, foram produzidos no contexto universitário, pois o país não dispõe ainda de obras de literatura específicas deste campo.

Retornando ao foco da presente pesquisa – a importância da família para a aquisição da linguagem em crianças surdas -, é adequado lembrar que “para os surdos sua língua primária, de caráter natural, é língua de sinais, e a segunda, em nosso País, a língua portuguesa” (NOVAES, 2010, p.48), no entanto, a aquisição da

Libras pelas crianças surdas, somente acontece de forma natural, em famílias com pais surdos, que são de acordo com as estatísticas internacionais, menos de 10% das famílias com casos de surdez, somente este reduzido número de crianças, tendo acesso adequado a Libras, irá desenvolver esta linguagem desde a mais tenra infância, mesmo estando inseridas em comunidades majoritariamente ouvintes.

A criança surda que nasce em um meio ouvinte, enfrenta desde então, uma rede de construções identificatórias, privilegiadas pelas expectativas de seus pais e demais familiares, que naturalmente, desejam que elas também sejam ouvintes, esta dificuldade inicial de comunicação, implica em uma distância maior quanto à possibilidade de a mãe transmitir ao bebê, o significado simbólico de suas experiências.

A maioria das crianças surdas, portanto, estão alijadas das mesmas possibilidades daquelas que são filhas de surdos, contrariando a afirmação de BERNARDINO de que "a aquisição da linguagem deve ser introduzida tão cedo quanto possível ou seu desenvolvimento pode ser permanentemente retardado e prejudicado" (BERNARDINO *apud* SACKS, 2000, p.20), afirma ainda que "no caso dos profundamente surdos, isso só pode ser feito através da língua de sinais" (BERNARDINO *apud* SACKS, 2000 p.25).

O desenvolvimento da humanidade é decorrente das interações entre os seres humanos e o meio ambiente, sendo seu comportamento – do ser humano – produto destas interações, no caso de crianças surdas há uma modificação nas modalidades de inserção quanto às relações com outros indivíduos e com o meio: "para a pessoa que possui perda auditiva, captar ou interpretar informações em seu meio, que sejam significativas para a sua aprendizagem, requer utilização de uma experiência sensorial fundamentalmente visual" (ZORZI, 2012).

Partindo da afirmação da autora, após o diagnóstico de surdez, é imprescindível expor a criança surda ao modelo de uma primeira língua, ainda quando bebê, de forma a garantir uma estimulação adequada durante a infância que irá influenciar futuramente, no desenvolvimento do indivíduo surdo.

Se a criança com deficiência auditiva, sem comprometimento em outros níveis de desenvolvimento, for estimulada precocemente, tiver acompanhamento

terapêutico e educacional adequado e a família receber orientação e apoio de profissionais capacitados, os processos intrafamiliares se desenvolvem segundo o padrão normal ou próximo deste (BERTOLDO *apud* BRITO, DESSEM, 1999).

Em relação ao modelo comunicativo adotado pelas famílias de crianças surdas nas pesquisas revisadas por Brito e Dessem (1999), as condutas adotadas pelos genitores com filhos surdos são menos igualitárias e espontâneas, e, mais reguladoras do que as condutas adotadas com crianças ouvintes, demonstrando insegurança quanto à compreensão que o filho tenha do que lhe é comunicado, ainda segundo as autoras:

Em suas comunicações linguísticas dirigidas as crianças, as mães ouvintes de crianças surdas usam mais comportamentos diretivos, do que as mães ouvintes de crianças ouvintes, ou mães surdas de crianças surdas de idade comparável (BRITO, DESSEM, 1999).

A comunicação diretiva utilizada pelas genitoras, usada em larga escala empobrece o diálogo entre filhos e mães, e ao longo de suas vidas, tornará o exercício dialógico pouco natural, pois, limita-o a apenas **uma** entre uma miríade de funções, de forma que:

Os tipos de trocas verbais ou gestuais dirigidas às crianças com problemas de audição influenciam em sua participação nas conversas em família, constituindo um aspecto importante para o desenvolvimento das interações familiares. Na verdade, a conversação funciona como um importante veículo interativo para o desenvolvimento da habilidade social, e, do senso de pertencimento, auxiliando no processo de socialização e na sua identificação com sua família (SILVA, PEREIRA, ZANOLLI, 2007).

Em uma das pesquisas relatadas por Silva, Pereira, Zanolli (1997), acerca das interações familiares entre genitores ouvintes e crianças surdas, demonstra que há um menor interesse do pai no desenvolvimento da interação, e, conseqüentemente nas relações familiares, levando a mãe a assumir maiores responsabilidades pelos cuidados e educação das crianças surdas, a falta de coesão entre os genitores, dificulta suas relações, já que a mãe sente-se abandonada, quanto aos cuidados dispensados para com a criança surda, no entanto: "os pais tendem a afastar de si o sofrimento diminuindo o seu contato familiar, o que, frequentemente resulta em divórcio" (BRITO, DESSEM 1997).

Ainda acerca da interação família ouvinte e criança surda, convém analisar a obra cinematográfica “Mrs. Holland: meu adorável professor”, onde a personagem principal, um jovem professor de música descobre que seu filho é surdo. Após o diagnóstico, o casal Holland tem que escolher um método educacional conveniente para a deficiência do garoto, optando tal como de costume na época pelo método oralista.

No entanto, o método adotado demonstra após alguns anos, ser inadequado para a surdez apresentada pela criança, o fato é evidenciado em uma cena em que o casal discute a possibilidade de matricular o filho em uma nova escola, que adota a língua de sinais. Mais reticente, o pai coloca inúmeros impedimentos à mudança, entre eles, o financeiro, pois a escola é privada, neste momento, em um desabafo emocionado a mãe, afirma que “só queria poder entender o que seu filho quer”.

Embora o menino mude de escola, somente a mãe aprende a linguagem de sinais – assim como expõem diversas pesquisas- e o pai continua sem poder comunicar-se com seu filho de modo adequado.

As dificuldades de comunicação entre pai e filho perduram até a adolescência, e, são evidenciadas em uma cena onde Holland mostra-se triste com a morte do músico John Lennon, e acusa o rapaz de não dar atenção ao que ele, seu pai, considera importante. O rapaz então, usando a língua de sinais e, tendo como intérprete a mãe, já que o pai tem pouca compreensão da língua, afirma não ser “insensível, tampouco desligado quanto à realidade que o circunda”, mostrando ao seu pai o abismo comunicativo instaurado entre ambos.

Posteriormente o rapaz, durante uma apresentação artística, interpreta uma das músicas de Lennon em homenagem ao seu pai.

Cabe ressaltar ainda, que durante as cenas finais da obra cinematográfica, durante a aposentadoria do professor, seu filho, já adulto é mostrado seguindo “os passos do pai”, como professor. A obra evidencia que todos os esforços dos pais para garantir comunicação adequada com o filho, educação e desenvolvimento foram frutíferos.

Quanto ao comportamento apresentado nas mais diversas situações sociais, é comum a afirmativa de que “crianças e jovens surdos apresentam problemas

sociais”, tal afirmação ultrapassa o senso comum, já que, pudemos encontrá-la em diversas obras durante nossa pesquisa, no entanto, cabe ressaltar que do ponto de vista científico a afirmativa relaciona-se a teoria educacional oralista sendo que, portanto, as dificuldades de relacionamento relatadas, são decorrentes da inadequação da teoria educacional para crianças com surdez severa ou profunda.

Além dos fatores relativos à opção educacional da família, a própria interação familiar, ou, a falta dela, pode produzir problemas comportamentais: “há uma associação entre a baixa coesão familiar, a baixa adaptabilidade familiar (rigidez, inflexibilidade) e a alta taxa de comportamentos problema apresentados” (SILVA, PEREIRA, ZANOLLI, 1997).

No tocante as formas de comunicação adotadas pela família para com a criança surda são comuns inicialmente que:

Pelo fato de serem ouvintes, a família e em particular a mãe, privilegia a fala, a forma habitual de interação na sociedade ouvinte. No entanto, à medida que a interação vai acontecendo, a representação que a mãe vai fazendo das potencialidades linguísticas do seu filho, vai determinar a modalidade que será usada na interação com seu filho (SILVA, PEREIRA, ZANOLLI, 1997).

A opção quanto à modalidade comunicativa adotada pela família é também decorrente, das informações que a família recebe acerca da surdez, e neste sentido, cabe à família buscar informações com diversos profissionais, podendo optar pela forma mais adequada de comunicação com os filhos, pois a única unanimidade em relação à comunicação com crianças surdas é que: “os pais são essenciais para o desenvolvimento emocional, social e linguístico de uma criança surda. Nem todos os profissionais do mundo poderiam substituí-los.” (FREEMAN, CORBIN, BOESE 1999, p.26).

Tais informações serão o escopo da concepção de surdez adotada pela família, dela dependendo as futuras opções educacionais e especializadas para atendimento à criança surda: “de acordo com a familiaridade que têm com a surdez, com as orientações recebidas dos profissionais que os atenderam, e, com as expectativas que constroem em relação aos filhos, os pais adotam mesmo sem saber uma determinada concepção de surdez” (SILVA, PEREIRA, ZANOLLI, 1997).

Ainda segundo as autoras: a escolha do tipo de comunicação utilizado no relacionamento mãe – criança é importante, uma vez que essa exercerá influência no “empobrecimento ou enriquecimento da comunicação da criança com seus familiares, [...] ao longo de seu desenvolvimento”. (SILVA, PEREIRA, ZANOLLI, 1997).

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a língua materna dos surdos brasileiros e, como tal, poderá ser aprendida por qualquer pessoa interessada pela comunicação com essa comunidade. Como língua, esta é composta de todos os componentes pertinentes às línguas orais, como gramática semântica, pragmática sintaxe e outros elementos, preenchendo, assim, os requisitos científicos para ser considerada instrumental linguístico de poder e força. Possui todos os elementos classificatórios identificáveis de uma língua e demanda de prática para seu aprendizado, como qualquer outra língua.

É uma língua viva e autônoma, reconhecida pela lingüística. Vivências com filhos surdos de pais surdos na Instituição que leciono mostra que a aquisição precoce da Língua de Sinais dentro do lar é um benefício e que esta aquisição contribui para o aprendizado da língua oral como segunda língua para os surdos. Os estudos em indivíduos surdos demonstram que a Língua de Sinais apresenta uma organização neural semelhante à língua oral, ou seja, que esta se organiza no cérebro da mesma maneira que as línguas faladas.

A Língua de Sinais apresenta, por ser uma língua, um período crítico precoce para sua aquisição, considerando-se que a forma de comunicação natural é aquela para o qual o sujeito está mais bem preparado, levando-se em conta a noção de conforto estabelecido diante de qualquer tipo de aquisição na tenra idade. Como todo aprendizado de língua, o envolvimento com a cultura e os usuários é importantíssimo, portanto não basta fazer o curso, é preciso também buscar um convívio com os surdos para poder interagir em Libras e, conseqüentemente, ter um melhor desempenho linguístico. Então, sempre oriento os pais que juntamente com seu filho, frequentem as Associações de Surdos, participando efetivamente dos eventos culturais, buscando interagir sempre com a Comunidade Surda, aprendendo sua língua e sua cultura.

Percebe-se também que em muitos casos, mães não têm paciência com seu filho surdo, principalmente na fase da adolescência, onde o jovem mais precisa do apoio da família, não são raros os casos de surdos que têm depressão e recorrem a um psicólogo. Muitas vezes também, são as mães que passam por fases depressivas e precisam de orientação e apoio psicológico.

A aquisição da Libras pela família do surdo é fundamental para a efetivação do diálogo entre ambos e para facilitar a integração deles na sociedade. Para isso, é necessário que a família tenha acesso a Libras, proporcionando ao indivíduo surdo uma melhor consciência do seu papel como sujeito ativo e transformador de sua realidade, lutando pela conquista de seus direitos como cidadão.

Assim, o grande desafio consiste no sucesso do diálogo família-surdo. Não há outro caminho sem que a família esteja consumida na causa surda. Mas parece que ela apenas ouve e não escuta o próprio coração. Deve ser uma unidade para entrega absoluta no sacrifício ao filho surdo.

Conforme o já exposto, nenhum outro grupo social poderá exercer as funções e papéis que são atribuídos à família, daí a sua importância para o desenvolvimento da criança seja ela surda ou não, e, para que a família possa realmente introduzir a criança surda no convívio familiar, é importante adotar o modelo linguístico concernente com o grau de surdez apresentado pela criança, assim sendo com exclusão da surdez leve, em todos os demais graus de surdez o uso da Libras é imprescindível para indivíduos surdos brasileiros.

4.6. Minha experiência na Educação de Surdos

Aos 22 anos de idade (1996) lecionando em Escolas de Educação Especial (por intermédio de minha mãe, educadora na APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Taubaté durante trinta anos convivi desde a mais tenra idade com o público “especial” me formando academicamente na área), aceitei o desafio de assumir uma classe com 15 alunos surdos, sem ao menos ter conhecimento da língua por eles utilizada: a Libras (Língua Brasileira de Sinais).

Com esse desafio tive a oportunidade de “aprender” com os próprios alunos uma forma alternativa de comunicação. Através de métodos estabelecidos por cada um dos educando surdos, pude “balbuciar” meus primeiros sinais. Com a necessidade de dar o meu melhor a uma sala carente de profissional, busquei conhecer um pouco mais de sua realidade, particularidades e em especial a carência que tinham em relação à comunicação (ou falta dela) com seus familiares.

Considerarei tal experiência um divisor de águas em meu percurso profissional.

Ao longo dos anos, sempre atuei em diversas áreas da Educação Especial, podendo assim afirmar que a surdez é a mais complexa dentre as outras deficiências, pois requer uma preocupação maior devido à ausência da linguagem comum a todos os ouvintes. Esta necessidade me incentivou a lutar contra o preconceito social e a busca por oportunidades igualitárias de inclusão da comunidade surda.

Essa luta, acredito estar na base social de cada indivíduo: a família. Independente de seus componentes é de suma importância que quando diagnosticado o nível de surdez, que seus integrantes busquem o mais rápido possível o método linguístico adequado. A partir disso, inserir o indivíduo em instituições voltadas a sua realidade para somar socialmente a sua presença na rede regular.

Mas como profissional dentre as duas realidades (oralismo e gestualismo) considero a Libras, assim como as diversas línguas naturais e humanas existentes, uma ferramenta essencial para comunicação da pessoa surda com o ouvinte. Mas para essa comunicação ocorrer percebe-se a necessidade de modificar a visão errônea que a sociedade estabelece da pessoa surda, esclarecendo que se trata de um ser com competências e aspirações idênticas a qualquer outro indivíduo.

Atualmente (desde 2008) sou coordenador e instrutor dos Cursos de Libras da Instituição Integra (Instituição que atende a comunidade surda no município de Sorocaba e região), e um dos pontos que destaco com maior ênfase em minhas palestras e capacitações enquanto pedagogo-intérprete, é a necessidade do aprendizado da Libras já na primeira infância, o que minimizaria os problemas encontrados hoje. Quando nos deparamos com um surdo adulto, sem uma

linguagem definida, o que certamente prejudica em sua sociabilização e interação com o meio.

É de suma importância mostrar à sociedade que a língua de sinais é uma língua genuína, idêntica às línguas orais, e não apenas a utilização de mímicas ou gestos, sendo, portanto tão complexa de aprender quanto às outras.

A pesquisa aqui apresentada mostrou que há um gigantesco abismo no produto do diálogo da família ouvinte com seu filho surdo. Isso ocorre apenas quando a família permanece inerte à participação da causa surda, que consiste a grande maioria dos casos. Ora, qualquer desenvolvimento a ser almejado requer uma estrutura por mais simples que seja, porém, forte o suficiente para alavancar todo o processo.

E é a falta ou a fragilidade dessa estrutura que causa o grande retrocesso no caminhar do surdo para a vida. A família é o alicerce e a estrutura ao desenvolvimento do surdo. O apoio educacional, emocional e afetivo é tudo que o surdo deseja de sua família principalmente quando criança ou adolescente. Não são raros os casos em que o surdo conquista uma vida escolar e profissional com absoluto êxito.

Não quero aqui deixar a responsabilidade toda à família, mesmo porque estaria isentando como exemplo, órgãos públicos que não facilitam sua inserção educacional com a presença de um Intérprete (profissional que é o elo entre duas línguas), mas por vivenciar diariamente os anseios de cada indivíduo surdo que atendo, percebo que a distância entre família e surdo é grande.

Assim a aquisição da Libras pela família do surdo é fundamental para a efetivação do diálogo entre ambos e para facilitar a integração deles na sociedade. Para isso, é necessário que a família tenha acesso a essa língua, não apenas um dia por semana, mas todos os dias, inclusive aos sábados e domingos participando dos eventos culturais na associação ou em grupos que seu filho participa.

Com essa visão, nós da Integra direcionamos gratuitamente sempre oportunidades a seu desenvolvimento linguístico visando comunicar-se com seu filho seja por meio de Cursos de Libras ou trocas de experiências em vivências de grupo.

Portanto o grande desafio consiste no sucesso do diálogo família-surdo. Não há outro caminho sem que a família esteja consumida na causa surda e seu desenvolvimento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho podemos afirmar que é inerente a condição humana a necessidade de se comunicar, bem como é inerente à humanidade criar formas acessíveis para tal comunicação.

Deste modo para indivíduos surdos severos ou profundos, cujo grau de surdez deixou muito pouco ou nenhum resíduo auditivo, a utilização da Libras permite a tais indivíduos inserir-se nos atos comunicativos.

No entanto um grande entrave para a utilização da Libras por indivíduos surdos esbarra geralmente na condição de seus familiares, principalmente se tais indivíduos são surdos congênitos ou adquiriram a surdez durante a infância. Tal entrave origina-se no fato de a maioria esmagadora dos pais serem ouvintes e não se comunicarem minimamente em sua língua.

Pais ouvintes desejam em sua grande maioria que seus filhos sejam ou venham a ser utentes da língua oral e carecem de um apoio de profissionais especializados em surdez (fonoaudiólogos, assistentes sociais, psicólogos e professores) para introduzirem seus filhos surdos no exercício da Libras.

Neste sentido a falta de informação dos pais como de grande parcela da comunidade ouvinte é um empecilho a circulação desta modalidade comunicativa, sendo que como demonstrado pelo presente trabalho através de teóricos da área educacional é através da fala – ou da modalidade de língua utilizada pelo utente, como a Língua de Sinais- que os indivíduos adquirem as funções cognitivas superiores, bem como, podem inserir-se na sociedade.

Inicialmente a comunicação viso-gestual era tida como uma possibilidade comunicativa menor, incapaz de exprimir sentimentos, percepções e até mesmo fatos cotidianos. Porém, na metade do século anterior com o advento dos primeiros estudos linguísticos acerca da Língua de Sinais Americana foi comprovado que a ASL, apesar de possuir características diferentes das línguas orais auditivas era mais que uma modalidade de linguagem, uma língua.

As principais diferenças destas línguas são decorrentes desta modalidade ter como característica um canal comunicativo diferenciado, ou seja, o emissor utiliza-se dos gestos e o receptor da visão, para o estabelecimento da comunicação, por isso, denominamos as línguas de sinais como línguas viso-gestuais.

Tais estudos iniciaram as análises não somente sobre a ASL bem como sobre outras línguas de sinais como a Libras, e, após meio século temos uma vasta quantidade de estudos sobre a ela.

Tais estudos levaram ao reconhecimento legal no Brasil da Libras como primeira língua dos surdos brasileiros, e ainda reconhecendo a necessidade de incluir o indivíduo surdo nos diversos grupos sociais nos quais eles tem direito de participação ativa, como a escola devendo-se a tal necessidade a obrigatoriedade do ensino de Libras nos cursos de Pedagogia e a disseminação destes para outros segmentos sociais.

Deste modo percebe-se que garantir ao surdo brasileiro severo ou profundo seu papel de utente é fazê-lo usuário da Libras cabendo a família e seus componentes, o papel de introduzi-lo o mais breve possível no exercício desta modalidade comunicativa

No decorrer da elaboração desta pesquisa, refletimos sobre a importância da aquisição da Língua Brasileira de Sinais (Libras) pela família do surdo e esperamos ter contribuído para uma melhor compreensão sobre a comunicação entre pais ouvintes e filhos surdos.

REFERÊNCIAS

- BEE, Helen. **A criança em desenvolvimento**. São Paulo, Harbra, 1984.
- BERNARDINO, Elidéa Lúcia. **Absurdo ou lógica?: A produção linguística do surdo**. Belo Horizonte: Editora Profetizando Vida, 2000. BIDDULPH,
- BRITO, A M W; DESSEN, M A. **Reflexos da presença de uma criança surda na (des) organização familiar**. 2009. Disponível em <http://www.sciello.com.br>.
- CAPOVILLA, F C; RAPHAEL, W D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua brasileira de sinais**. Volume I. São Paulo. Edusp. 2008.
- CURIONE, Alex. Publicação eletrônica [mensagem pessoal] mensagem recebida por faustalima@bol.com.br em 16 de julho de 2012.
- DE FLEUR, M L; BALL-ROCHEACH, S. **Teorias da comunicação de Massa**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed.1993.
- ECA: **Estatuto da Criança e Adolescente**. Brasil. 2001
- FERREIRA, L. **Por uma gramática de línguas de sinais**. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 2010.
- FORMIGONI, Maria Cecília Leal Giralde de. **A surdez na visão familiar**. Deric - PVC - SP. Revista da FENEIS, 2002 ANO III nº 18 p. 13-14.
- FREEMAN, R D; CARBIN, C F; BOESE, R B. **Seu filho não escuta? Um guia para todos que lidam com crianças surdas**. Brasília. Corde. 1999.
- HOHLFELDT, A; MARTINO, L C; FRANÇA, V. **Teorias da comunicação. Conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis. Vozes. 2001.
- JESUS, L N. **Inclusão do deficiente auditivo. Alicerce: família, escola e sociedade**. Rio de Janeiro. E- Papers. 2009.
- KRISTEVA, J. **História da linguagem**. Lisboa: Edições 70, 1969.
- MACLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo. Cultrix. 2001.
- MARTINO, Luiz C. **“Interdisciplinaridade e Objeto de Estudo da Comunicação”**. In: Fausto, A. N. (org.). Campo da Comunicação. João Pessoa: Editora Universitária, 2001, a.
- MOURA, Maria Cecília. **Surdo: caminhos para uma nova identidade**. Ed. Revinter, 2000.

NOVAES, E C. **Surdos. Educação, direito e cidadania**. Rio de Janeiro. Wak editora. 2010.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

_____, KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

_____, Marianne Rossi Stumpf (organizadoras). **Estudos Surdos IV**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009.

ROCHA, S. **O INES e a educação de surdos no Brasil**. Rio de Janeiro. INES. 2008.

SACKS, O. **Um antropólogo em Marte. Sete histórias paradoxais**. São Paulo. Companhia das Letras. 2006.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes; uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia de Letras, 210.

SILVA, A B de P; PEREIRA, M C da C; ZANOLLI, M de L. **Mães ouvintes com filhos surdos: concepção de surdez e modalidades de linguagem**. 2000.

SILVA, Angélica Bronzatto de Paiva; PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; ZANOLLI, Maria Lurdes. **Mães ouvintes com filhos surdos: concepção de surdez e escolha da modalidade de linguagem**. In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Vol. 23, nº3, 2007.

STAINBACK, S; SYAINBACK, W. **Inclusão. Um guia para educadores**. Porto Alegre. Artmed. 2008.

WAMMES, L T. **A importância da família no desenvolvimento da criança surda**. 2007.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Lisboa. Editorial Presença, 2002.

ZORZI, A P. **A comunicação entre filhos surdos e pais ouvintes**. 2002. Livros Brasil. Disponível em <http://www.livrosbrasil.com.br>.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Johnny_Vai_%C3%A0_Guerra 19/08/12 as 11:45